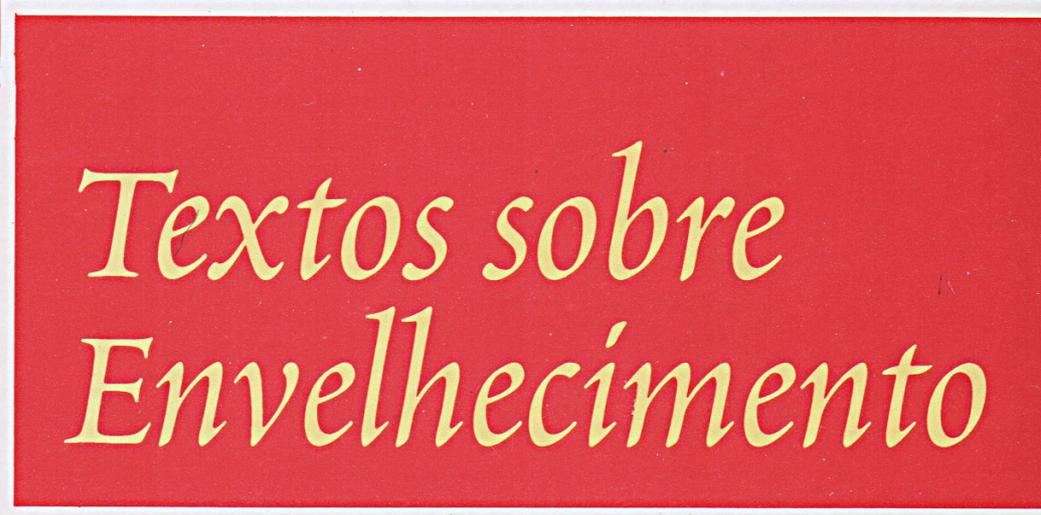




ISSN 1517-5928



Textos sobre Envelhecimento



**Programas para a
Terceira Idade:
algumas reflexões**

volume 2



nº 2

UnATI/UERJ



série

Textos sobre Envelhecimento

Programas para a Terceira
Idade: algumas reflexões

Shirley Donizete Prado - org.

n° 2



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Antonio Celso Alves Pereira

Vice-reitora: Nilcéa Freire

Sub-reitor de Graduação: Paulo Fábio Salgueiro

Sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa: Reinaldo Guimarães

Sub-reitora de Extensão e Cultura: Maria Therezinha Nóbrega da Silva

Universidade Aberta da Terceira Idade

Direção: Renato Peixoto Veras

Vice-direção: Célia Pereira Caldas

Gerência de Pesquisa: Shirley Donizete Prado

Gerência de Extensão: Sandra Rabello de Frias

Gerência de Ensino e Formação de Recursos Humanos: Alzira Tereza G. L. Nunes

Comissão Editorial:

Shirley Donizete Prado - Coordenadora

Mabel Imbassahy

Benigno Sobral

Patrícia Henriques

Corpo Consultivo:

Jane Dutra Sayd

Evandro Coutinho

Kenneth Camargo Jr.

Eliane de Abreu Soares

Maria Therezinha Nóbrega da Silva

Nota: a Série Textos Sobre Envelhecimento reúne a produção da UnATI-UERJ e de pesquisadores que ocorrem a esta instituição para desenvolver seus trabalhos. Tem como objetivos primordiais subsidiar discussões no âmbito da UnATI e contribuir para o aprofundamento das questões atinentes ao envelhecimento. Os trabalhos são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Endereço: Rua São Francisco Xavier, 524 -

10º andar - bloco F - Pavilhão João Lyra

Filho - Maracanã Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.559 - 900 - Telefones: 587-7236

587-7672 / 587-7121

Fax: 264-0120 - E-mail: unati@uerj.br -

crde@uerj.br - Internet: www.unati.uerj.br

Esta é uma Produção do Centro de Referência e Documentação Sobre Envelhecimento, vinculado à Gerência de Pesquisa da UnATI - UERJ

Revisão: Ana Silvia Gesteira

Revisão bibliográfica: Iris Maria Carvalho Braga dos Santos

CATALOGAÇÃO NA FONTE UERJ/REDE SIRIUS/PROTAT

T 355 Textos sobre envelhecimento. - Vol. 1, n. 1 - (nov. 1998)-
Rio de Janeiro : UERJ, UnATI, 1998-
v. : il.

1. Envelhecimento - Aspectos sociais - Periódicos. 2.
Idosos - Cuidados médicos - Periódicos. 3. Idosos - Condições
econômicas - Periódicos. I. Universidade Aberta da Terceira Idade.

CDU 612.67(05)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
Shirley Donizete Prado, Mabel Imbassahy, Benigno Sobral e Patrícia Henriques	
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DE UMA PESSOA IDOSA ATRAVÉS DO DISCURSO	7
Eloisa Adler Scharfstein	
A GESTÃO DA EXPERIÊNCIA DE ENVELHECER EM UM PROGRAMA PARA A TERCEIRA IDADE: A UnATI/UERJ	23
Marcelo Alves Lima	

INTRODUÇÃO

Shirley Donizete Prado, Mabel Imbassahy,
Benigno Sobral e Patrícia Henriques.

Em seu segundo número, a **Série TEXTOS SOBRE ENVELHECIMENTO** apresenta dois trabalhos – ambos resumos de dissertação de mestrado – direcionados à compreensão de representações sobre o envelhecimento. Tanto o artigo “A construção da identidade social de uma pessoa idosa através do discurso”, de autoria de Eloisa Adler, como “A versão da experiência de envelhecer em um Programa para a Terceira Idade: a UnATI - UERJ”, produzido pelo antropólogo Marcelo Alves têm como ponto comum a análise da construção dos experimentos dentro de um espaço público universitário, utilizado para vivenciar o envelhecimento.

Enquanto Adler parte de uma visão interpretativa, a qual compreende a realidade como uma construção social, onde pesquisador e pesquisado interagem, especialmente no interior de um programa para idosos, Marcelo Alves faz uma abordagem antropológica, instigante e polêmica, verificando, analisando e assuntando diferentes experiências de envelhecimento “...vivenciadas, partilhadas e negociadas em um contexto marcado pelo declínio de modelos tradicionais de gerir a experiência de envelhecer...” e a tentativa de produção de um conhecimento científico sobre o processo de envelhecimento.

Ressaltamos que estes trabalhos resultam de experiências desenvolvidas no interior da UnATI, que inspirou esses autores ao fornecer-lhes elementos para suas reflexões. Embora sejam passíveis de divergências quanto a interpretações contidas no bojo das questões apresentadas, significam inestimáveis contribuições, subsidiando novos conhecimentos e estimulando discussões entre os profissionais da UnATI e os demais interessados em pensar a terceira idade em seus diferentes significados.



A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DE UMA PESSOA IDOSA ATRAVÉS DO DISCURSO

Eloisa Adler Scharfstein*

RESUMO

Este trabalho é uma síntese dos principais tópicos da minha dissertação de mestrado intitulada *Discurso e Identidade: uma visão sócio-construcionista da velhice* (Scharfstein, 1997). Trata-se de um estudo de caso de uma aluna idosa em sala de aula no contexto institucional de uma Universidade Aberta para Terceira Idade. Considerando a complexidade do tema aqui proposto, pretendo apresentar, de forma resumida, uma breve discussão sobre a ação do discurso na construção/reconstrução da identidade social da pessoa idosa. Esta reflexão fundamenta-se em três pilares básicos: uma abordagem psicossocial da velhice; uma abordagem dialógica e sócio-interacional do discurso escrito; a interrelação entre o discurso e a construção da identidade social sob a ótica do sócio-construcionismo.

Palavras-chave: Idoso, discurso, identidade

1. CONTEXTO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada no contexto social da sala de aula no curso **Em Busca de um Viver Criativo**, ministrado por mim no período de setembro de 1993 a novembro de 1995, na Universidade Aberta para Terceira Idade, UnATI-UERJ. Este curso teve seu início juntamente com a UnATI-UERJ cujo objetivo foi a criação de um centro de referência para atender às necessidades específicas da população idosa em uma universidade pública. Ressalto, porém, a origem histórica deste projeto que se iniciou no final da década de 80, sob a liderança do professor Américo Piquet Carneiro, no Hospital Universitário Pedro Ernesto, onde fundou um núcleo de atendimento multidisciplinar juntamente com um grupo de profissionais interessados no trabalho com pessoas idosas. É interessante observarmos que no momento em que a velhice passou a ser compreendida como uma etapa da vida e não como um processo patológico restrito à doença, fez-se necessária uma mudança de contexto institucional, ou seja, do hospital para a universidade (VERAS & CAMARGO JR., 1995). Com isto criou-se um contexto institucional propiciador de contextos



interacionais voltados para a saúde da pessoa idosa, possibilitando práticas discursivas coerentes com esta visão social da velhice.

Dentro deste paradigma, escolhi o nome **Em Busca de um Viver Criativo**, pois tanto o curso como a minha inserção neste projeto, que também começava a dar os seus primeiros passos, configurou-se em um desafio frente a uma realidade por se construir e de preferência, de uma forma criativa. Orientada por este contexto interacional e situada neste contexto institucional, como também tendo em vista que o curso proposto fazia parte das atividades de integração, sugeri encontros quinzenais, com duas horas de duração, no período de setembro a novembro de 1993.

A interação entre os atores sociais, ou seja, professora e alunos, se deu de forma informal. Os participantes se sentavam em círculo e os turnos de fala se alternavam de forma espontânea, mais próximos da dinâmica terapêutica do que da interação formal convencional em sala de aula, onde a professora determina quem fala e sobre que tópico deve falar. O objetivo do trabalho neste semestre foi diferenciar a criatividade processo da criatividade produto com o intuito de possibilitar aos alunos e a mim mesma uma atitude e um olhar mais criativo frente à vida dentro e fora da sala de aula. Em outras palavras, ancorei-me no tema da criatividade, como definirei a seguir, objetivando incentivar os alunos a falarem sobre suas emoções e pensamentos, convidando-os, assim, a exercerem seu direito de voz e vez dentro da sala de aula. Por entender o contexto da sala de aula como um lugar social de fala, as narrativas ali produzidas tiveram uma função na construção de novos significados para conceitos socialmente legitimados, tais como os conceitos de idade, juventude, velhice, escolaridade, etc.

Sobre o tema da criatividade, adotei a definição segundo a qual "criar é dar existência a", conforme definido no Novo Dicionário Aurélio. Para a artista plástica Fayga Ostrower (1991, p. 9), "Criar é, basicamente, formar. É poder dar uma forma a algo novo. Em qualquer que seja o campo de atividade, trata-se, nesse 'novo', de novas coerências que se estabelecem para a mente humana, fenômenos relacionados de modo novo e compreendidos em termos novos. O ato criador abrange, portanto, a capacidade de compreender; e esta, por sua vez, a de relacionar, ordenar, configurar, significar". Esta autora acredita que "criar é tão difícil ou tão fácil como viver. E é do mesmo modo necessário" (OSTROWER, 1991: p.

9). Portanto, fundamentando-me nesta visão da criatividade, coordenei o curso nesta etapa inicial que denomino Etapa 1.

Nesta Etapa 1, o objetivo do trabalho em sala de aula foi despertar a consciência dos participantes para a forma como interagem com o mundo em seu redor, através de auto-observações nas atividades do cotidiano e na relação com o meio-ambiente, possibilitando eventuais mudanças no plano individual e social. O grupo neste período constituiu-se de 10 alunos, três homens e sete mulheres, de nível sócio-econômico e grau de escolaridade bastante heterogêneo.

Na Etapa 2, de março a junho de 1994, esta turma continuou o trabalho com cerca de sete alunos e com encontros semanais de duas horas de duração. Neste período, o curso se intitulou Em Busca de um Viver Criativo II. Alguns dos temas discutidos foram: "O Saber e a Escolaridade", "O Sonho na Terceira Idade", "O Palco da Vida", "A Leitura como Lazer e Interpretação aos 17 anos e 50 anos Depois", etc.

Ainda neste semestre, iniciei o trabalho com um outro grupo, no curso intitulado Em Busca de um Viver Criativo I. Este fato é relevante, pois, no semestre seguinte, de agosto a novembro de 1994, as duas turmas se fundiram no curso que passou a ser chamado Em Busca de um Viver Criativo II. Esta característica do grupo de absorver novos alunos a cada semestre se manteve até o final do trabalho, em novembro de 1995. No ano de 1995, o curso passou a se intitular Em Busca de um Viver Criativo - Continuação.

Na Etapa 3, período de agosto a novembro de 1994, os alunos solicitaram a leitura de contos e crônicas em sala de aula, como referência e fonte estimuladora para a criação de seus próprios textos. Os textos literários foram usados como técnica projetiva¹, ou seja, os textos serviram como um estímulo externo facilitador para a construção dos textos dos próprios alunos. Esta idéia surgiu a partir do trabalho de uma aluna que trouxe uma poesia de Manuel Bandeira, modificando uma estrofe para expressar sua mensagem de felicitações por ocasião do aniversário de uma amiga. Este episódio em sala de aula foi registrado por mim e, a partir de então, resolvi adotar a leitura de contos e crônicas como ponto de apoio e/ou referência para os alunos criarem seus próprios textos. Dentre

as leituras realizadas neste semestre, destaco “A Aventura de um Esposo e uma Esposa” em *Os Amores Difíceis*, de Ítalo Calvino (1993), os contos “Marieta” e “O Velho” do livro *Boca de Luar* (1984) de Carlos Drummond de Andrade; “Ser Jovem” e “A Década de 50” em *Crônicas - Mevitevendo* de Artur da Távola (1977). Com exceção de *Os Amores Difíceis*, que foi sugerido por mim, os demais livros foram trazidos por algumas alunas. E na medida em que se tornavam mais confiantes para escrever o que sentiam, os temas passaram a ser discutidos do ponto de vista do processo de envelhecimento. Como exemplo, após a leitura dos contos de Drummond, problematizou-se a questão do envelhecimento sob a perspectiva do homem e da mulher. Nesta Etapa 3, a turma se constituiu de 14 alunos. Do grupo original ficaram apenas 4, dentre eles a aluna-sujeito deste estudo de caso.

Na Etapa 4, período de março a junho de 1995, iniciei o trabalho do curso, agora denominado *Em Busca de um Viver Criativo - Continuação*, com a leitura de uma entrevista com Nélida Piñon, intitulada “Escrevo para o meu Desassossego”, publicada no *Jornal do Brasil* em 21/11/1995. Em seguida, passamos a trabalhar com o livro de Adélia Prado, *Os Componentes da Banda* (1985), que foi uma leitura sugerida para o período de férias. Alguns temas surgiram a partir desta leitura, dentre eles a questão dos tabus e preconceitos; a importância da descrição dos detalhes no discurso escrito e oral como uma forma de favorecer ou desfavorecer a comunicação com o leitor/ouvinte; e uma dramatização feita através de um júri simulado sobre o livro. Esta idéia surgiu devido às reações diversas dos alunos, pois alguns se identificaram com o personagem principal, defendendo-a, enquanto outros se revoltaram, a ponto de condená-la severamente. Frente às emoções intensas advindas desta leitura, sugeri o júri simulado como uma forma de dramatizar os conteúdos expressos para serem elaborados. A partir desta experiência, surgiu o tema “Os Componentes da Minha Banda”, através do qual os alunos escreveram sobre suas histórias. Neste período, o grupo constituiu-se de 22 alunos, enquanto na Etapa 5 a turma teve 17 alunos.

Na Etapa 5, período de agosto a novembro de 1995, o livro *Quem Tem Medo de Envelhecer?...* de Magdalena Léa (1978) foi amplamente discutido. Dentre os capítulos trabalhados, ressaltou “Relações Humanas”, “Os

que Voam Alto” e “Novo-velho”. Estas leituras foram muito mobilizantes tanto pelo conteúdo dos tópicos, como pela pertinência dos mesmos, vinte anos depois de sua publicação. Outro tema explorado foi a história dos bairros em que cada um viveu. Estes textos resultaram em dois programas na Rádio MEC onde as alunas falaram no programa “Roda da Vida”, em 1996, de suas memórias e lembranças dos bairros em que viveram.

A Etapa 6 constituiu-se de dois encontros realizados em março de 1996, após minha demissão da instituição. Embora o trabalho institucional tendo sido interrompido, as alunas continuaram escrevendo seus textos e, muitas vezes, enviando-os para mim.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia utilizada neste estudo faz parte da tradição de pesquisa interpretativista. Fundamenta-se, assim, na tradição hermenêutica de pensar o mundo. De acordo com esta tradição, não é possível pensarmos sobre a existência do mundo social independentemente de nós mesmos, pois somos construídos e construímos o mundo social em que vivemos (MOITA LOPES, 1994). Consequentemente, ao se produzir conhecimento dentro do paradigma interpretativista, faz-se necessário considerar a importância desempenhada pela intersubjetividade na construção do conhecimento. Ou seja, é através da interação entre pesquisador e pesquisado que poderemos compreender as questões a serem investigadas. Isto se deve ao fato de que “o significado não é o resultado da intenção individual mas de inteligibilidade interindividual. Em outras palavras, o significado é construído socialmente ...” (ARONOWITZ & GIROUX, 1991, p. 93, apud MOITA LOPES, 1994, p. 331).

Diferentemente da visão positivista, para a qual existe uma realidade exterior ao sujeito que pode ser conhecida objetivamente, a partir de relações de causa e efeito passíveis de generalização, a visão interpretativista compreende a realidade como uma construção social na qual o pesquisador participa com o pesquisado na co-construção do conhecimento (ALVES, 1991). Portanto, o foco da pesquisa interpretativista está localizado nos aspectos processuais da construção do conhecimento, contrariamente à

visão positivista para qual o foco situa-se em um produto padronizado (MOITA LOPES, 1994).

Este estudo de caso ancora-se na abordagem interpretativista de pesquisa, pois teve o ambiente natural, isto é, a sala de aula, como sua fonte direta de dados. Eu, pesquisadora e professora, investiguei a questão proposta nesta reflexão, ou seja, a ação do discurso escrito na construção social da identidade de uma pessoa idosa, a partir de um trabalho intensivo de campo (LUDKE & ANDRÉ, 1986). Os dados coletados foram predominantemente descritivos, constituíram-se de textos escritos pela aluna, sujeito deste estudo de caso; transcrições de uma entrevista de grupo em sala de aula e de uma entrevista individual. Para fins de triangulação dos dados deste estudo, fundamentei a análise de dados com a minha voz, a voz da aluna estudada, a voz das colegas e a voz de uma observadora que participou das aulas durante um semestre. A importância desta triangulação de dados se deve ao fato de que se trata de uma pesquisa qualitativa para a qual a ênfase da investigação está no processo da natureza intersubjetiva da construção do significado. Embora a análise de dados tenha sido realizada a posteriori, a partir do produto, mais especificamente das narrativas escritas pela aluna no decorrer de dois anos e meio de trabalho em sala de aula, não se trata de um produto segundo o paradigma quantitativo da visão positivista que tem como objetivo verificar e confirmar uma teoria. Ao contrário, a teoria veio possibilitar a compreensão do processo percorrido pela aluna – sujeito deste estudo de caso – na construção/reconstrução de sua identidade de sujeito (COOK & REICHARDT, 1979).

Foi pensando em mudança emancipatória e como a pesquisa na área das ciências sociais pode beneficiar os sujeitos pesquisados (CAMERON et al.; 1992) que escolhi este estudo de caso para analisar a velhice segundo uma abordagem sócio-construcionista do discurso. Considero este caso singular para ilustrar alguns pressupostos teóricos tais como: 1) a natureza social do discurso dentro de uma visão sócio-interacional da linguagem e 2) a construção social da identidade da pessoa idosa a partir de práticas discursivas situadas em contextos interacional, institucional e sócio-histórico.

Para fins desta reflexão, apresentarei, a seguir, algumas considerações teóricas sobre as quais fundamentei a análise deste estudo de uma



aluna que começou a aprender a ler e escrever aos 76 anos de idade, pois queria participar, através do seu discurso escrito, do contexto interacional em sala de aula com a professora e as demais colegas.

3. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Segundo uma abordagem psicossocial da velhice, desde os tempos antigos até os dias de hoje, o conceito de velhice e, conseqüentemente, o lugar social da pessoa idosa foi retratado de forma pejorativa ou honrosa, dependendo do contexto histórico-social. Em épocas em que o poder do corpo físico foi priorizado, a pessoa idosa foi alvo de desvalorização. Opostamente, em épocas e culturas que valorizaram a sabedoria acumulada de seus cidadãos idosos, estes ocuparam um lugar de prestígio e honra. Portanto, a velhice enquanto destino biológico é uma realidade inquestionável, embora o destino psicossocial da pessoa idosa seja uma realidade socialmente construída segundo o contexto sócio-político-cultural no qual ela se insere (BEAUVOIR, 1970/1990).

A partir do momento em que reconhecemos a velhice como uma categoria social, podemos desconstruir muitos dos preconceitos atribuídos à pessoa idosa pelo contexto sócio-cultural atual, como é o caso da idade cronológica e as conseqüências de natureza social que advêm dela. Esta desconstrução se faz através do uso da linguagem.

Ou seja, o uso da linguagem, o que falo e como falo, é uma forma de ação que envolve duas noções fundamentais: os conceitos de alteridade e contexto, isto é, com quem ou para quem falo e onde falo (MOITA LOPES, 1996a). É a presença do outro com quem interagimos que determinará a construção de um discurso situado em um contexto institucional e sócio-histórico (MOITA LOPES, 1996a).

Dentro do conceito de alteridade, o outro pode estar presente na interação face a face, como no caso do discurso oral, ou mediado pelo texto, como no caso do discurso escrito. Em qualquer uma destas formas discursivas, a presença do outro é compreendida como o resultado da própria interação, construída a partir de entendimentos gerais que os

participantes discursivos criam ao agirem entre si, no mundo (MOITA LOPES, 1996a). No entanto, este contexto interacional não se dá no vácuo, pois somos sujeitos construídos em uma determinada cultura, sócio-historicamente marcados e contextualizados a partir de crenças e valores compartilhados socialmente (WERTSCH, 1991). Sendo assim, dentro de uma visão dialógica e sócio-interacional da linguagem, o discurso e a mente são entendidos como fenômenos históricos, institucionais e culturais, marcados por relações de poder predominantes nas diversas organizações sociais.

Partindo desta perspectiva do discurso como forma de ação, os participantes envolvidos na construção do significado estão agindo no mundo social através da linguagem e, conseqüentemente, construindo sua realidade social assim como se construindo enquanto sujeitos pertencentes a este mundo social (MOITA LOPES, 1996a).

Segundo esta abordagem, analiso a categoria social da velhice enquanto uma identidade socialmente construída, assim como problematizo a questão da idade enquanto uma construção social atribuída à pessoa idosa. A abordagem sócio-construcionista, como o próprio termo indica, tem por objetivo refletir sobre como a realidade social, mediada pelo uso da linguagem, é construída pelos indivíduos que a compõem e como, concomitantemente, eles são igualmente construídos por ela, pois trata-se de um processo dialético por excelência. É através desta interpenetração entre a sociedade e o indivíduo que as identidades se constroem, ou seja, nós não partimos de duas entidades independentes, indivíduo e sociedade. Ao contrário, a sociedade constitui e habita o centro de qualquer coisa que passe pela pessoa: uma é interpenetrada pela outra (SAMPSON, 1993, p. 4). Para este autor, "A pessoa é o produto mediado da sociedade e também, ao agir, reproduz ou transforma potencialmente aquela sociedade. As pessoas podem se transformar ao transformarem as estruturas pelas quais elas são formadas" (SAMPSON, 1993, p. 6).

Portanto, as sociedades criam seus indivíduos que, por sua vez, reproduzem os anseios desta sociedade e mantêm a ideologia necessária, isto é, seu sistema de crenças e valores, na manutenção destes ideais (SAMPSON, 1993; BAKHTIN, 1929/1981). Estes ideais e crenças são transmitidos através do uso da linguagem.

Como ressalta MOITA LOPES (1996b), as identidades sociais de classe, gênero, raça, idade, profissão, etc, podem ser expressas em uma mesma prática discursiva ou em diferentes práticas discursivas. Isto ocorre na medida em que cada indivíduo carrega uma multiplicidade de identidades, como por exemplo, uma pessoa não é apenas idosa, mas também mulher ou homem, pobre ou rica, branca ou negra, com escolaridade ou sem escolaridade, etc. Ou seja, a pessoa que fala reflete diferentes aspectos de sua subjetividade dependendo de com quem fala e de onde fala.

Ainda segundo MOITA LOPES (1996a; 1996c), a construção do discurso está vinculada ao gerenciamento de contextos mentais em relações interacionais que, por sua vez, podem envolver assimetrias interacionais, como no caso do discurso da sala de aula. Neste tipo de relação assimétrica, aquele que detém o poder é quem determina e controla o tipo de enquadre interacional que será estabelecido, possibilitando ou dificultando a construção discursiva na sua complexidade intrínseca. No entanto, os participantes discursivos podem reverter contextos mentais a partir do discurso da resistência (MOITA LOPES, 1996c). E, desta forma, as identidades são abertas à mudança, pois se constroem a partir de uma realidade também socialmente construída, como é o exemplo do estudo de caso desta pesquisa.

Considerando que a UnATI é um espaço institucional situado no contexto de uma universidade pública, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, contando assim com alunos de diferentes níveis de escolaridade e de diferentes níveis sócio-econômicos, e tendo em vista que o único requisito exigido para pertencer a este programa é a idade mínima de sessenta anos, podemos compreender a importância dos fatores idade e escolaridade neste contexto específico.

No contexto das universidades particulares para terceira idade, o fator escolaridade na construção do significado do conceito de velhice não parece se constituir em algo tão significativo, como foi verificado nesta pesquisa. Esta questão, porém, merece ser mais investigada em futuros estudos.

O fator idade, no entanto, conforme observado no estudo de caso desta pesquisa, como também em outras pesquisas (BODILY, 1994),

constitui-se em um tema de relevância primordial para a construção do significado de velhice na atualidade. Cabe lembrar que a questão da idade não se aplica exclusivamente à velhice, mas também à juventude. Segundo BODILY (1994), o idadismo discrimina tanto os mais velhos, como os mais jovens. Ou seja, considerar que alguém é muito jovem para entender um certo assunto é tão discriminatório como atribuir sabedoria a alguém simplesmente porque é cronologicamente idoso. Porém, tendo em vista que os conceitos de velho e jovem, na sociedade ocidental contemporânea neste final do século XX, têm diferentes significados socialmente construídos (SARBIN & KITSUSE, 1994), a idade avançada vem sobrecarregada de valores negativos e discriminatórios.

Sendo assim, o idadismo, no que tange à idade avançada, vem acompanhado de outras categorias sociais, como o ser aposentado, ter limitações físicas que na verdade não são atributos intrínsecos da idade, pois o indivíduo pode ser idoso e ter saúde, assim como a aposentadoria pode ter diferentes significados para cada um. De qualquer forma, o fator idade tem um significado socialmente legitimado na sociedade ocidental contemporânea, e, mais especificamente, a idade avançada aciona todo um esquema discriminatório que é atribuído à velhice.

A partir desta compreensão do idadismo, retomo a questão da velhice como uma categoria social, conforme ilustrado no estudo de caso que se segue.

4. ESTUDO DE CASO

A aluna que chamo pelo nome fictício de Paula, sujeito deste estudo de caso, não concluiu o primeiro grau. Nasceu em 1918, em Divino de Carangola, Minas Gerais, onde viveu até os 9 anos de idade. Depois viveu na roça, onde perdeu sua mãe aos 13 anos de idade e teve que assumir o trabalho doméstico para ajudar o pai, pois era a filha mais velha. Antes da falecer, seu pai alfabetizou-a, embora de forma bastante rudimentar. No entanto, desde criança, mostrou intenso desejo de aprender a ler e escre-

ver, o que acabou realizando na UnATI-UERJ, aos 76 anos de idade. Casou-se nova e ficou viúva aos 31 anos, com sete filhos para criar. Fêz um segundo casamento, 10 anos depois, que durou 27 anos. O segundo marido era doente e Paula teve uma vida muito difícil, pois o marido era internado com freqüência em um hospital psiquiátrico. Portanto, as condições gerais da vida de Paula, em termos sócio-econômicos como escolares, mostram que esta aluna faz parte do grupo minoritário dos usuários da UnATI, onde apenas 20% não concluíram o primeiro grau (VERAS E CAMARGO JR.; 1995).

Através do discurso de Paula, evidencio como os significados construídos na interação em sala de aula possibilitaram a mudança desta aluna no que concerne a sua identidade social. Inicialmente, na Etapa I, que intitulo "... quando eu comecei eu não tinha nem palavra ..." (Paula, entrevista de grupo, maio de 1994), a aluna manteve-se silenciosa, não falava, nem escrevia, mas freqüentava assiduamente as aulas ("Paula ficou quieta a aula toda", anotações de campo). Num certo momento desta etapa, perguntei-lhe o que estava se passando e como ela estava percebendo o trabalho feito em sala de aula. Ansiosa, respondeu-me que não sabia ler nem escrever, porém ouvia atentamente o que era discutido em aula e, de noite, quando colocava a cabeça no travesseiro, memorava o que havia sido falado na sala de aula. A partir desta comunicação da aluna, resolvi aguardar, compreendendo a sua necessidade de tempo para elaborar o que estava ouvindo, assim como respeitar a sua forma particular de se inserir no grupo naquele momento. Enquanto a sua participação no contexto interacional em sala de aula se fazia através do seu silêncio e da sua escuta, suas colegas discutiam e escreviam sobre o tema da criatividade.

Destaco, em particular, as vozes de Mariana e Jovelina (nomes fictícios) segundo a visão bakhtiniana da linguagem. Para BAKHTIN (1929/1981) o conceito de voz aplica-se à comunicação escrita e oral e refere-se a questões tais como a perspectiva do sujeito falante, seu sistema de crenças, sua intenção e visão de mundo conforme expressos no discurso. Dentro desta perspectiva, situo o texto de Mariana intitulado "Terceira Idade em Novos Tempos!", no qual a aluna propõe uma nova construção do significado de terceira idade, mostrando que o saber e a idade não são

obstáculos para uma vida alegre no período da velhice (“...A arte, idem o saber, / a alegria de viver / e a sã jovialidade, / não se registram em cartórios, / ... incorpóreos, vêm da luz, / e luz ... não limita idade!...”). Ainda neste texto, Mariana evidencia sua expectativa em relação à Universidade Aberta para Terceira Idade enquanto um novo espaço social para a pessoa idosa, até então “na contra-mão” (“Vamos todos sem recalques, / Mas decididos, ativos, / derrubar tardos chavões / que submissos deixamos / bloquear nossas ações. / Abaixo com os preconceitos / que rotularam o idoso / de “já era”... ou “ancião” / a coisa agora mudou / saímos da contra-mão ...”).

No texto de Jovelina, “Vagueando”, escrito neste mesmo período, a aluna compartilha da mesma expectativa de sua colega Mariana em relação ao contexto institucional (“Eu pergunto eu respondo / Eu sou mestre eu sou discípulo / Eu sou uma sonhadora / Neste espaço que Deus criou. / Vamos brincar de criar / Em ciranda vamos rodar / Tu crias, eu copio / Tu libertas e eu busco.”). Jovelina inclui também a questão da escolaridade formal como um obstáculo à aprendizagem e ao pensamento dentro da sala de aula (... “Cabeça p’rá que te quero? / Te quero p’rá ser liberta / Te quero p’rá vaguear / Te quero sem ponto e vírgula / Sem compromisso amar ...”).

Portanto, através das vozes de Mariana e Jovelina, delineia-se o projeto de construção de uma universidade aberta para pessoas idosas como sendo um espaço comprometido com o saber e o pensar, mas “sem ponto e vírgula”, isto é, um espaço onde se possa falar e escrever sem a exigência do grau de escolaridade. E é neste contexto, construído pelos textos e vozes das colegas que Paula se encontra. Sendo assim, na Etapa 2, que intitula “É isso aí. Minha voz parece até que melhorou” (Paula, entrevista de grupo, maio de 1994), a aluna apresenta seu primeiro texto escrito, conforme descrevo a seguir: “Unati e a vida dos idosos / eu penço assim porquê condo eu / vim a primeira vez eu fiquei / tão nervosa que não podia nem / converçar estava depremida com / deprepeção. eu estava tristi da / minha vida qeria morer não quria / maes viver so tinha tristeza / não tinha mais esperança da / vida pór causa da minha idadi / pencava que não ia adiantar maes / enganei porqui nuca e tardi para / si feliz”.



Embora Paula não tenha conseguido ler seu texto em voz alta, ficando sem voz e com taquicardia, pôde interagir através do seu texto escrito e de sua linguagem corporal (dados provenientes de minhas anotações em sala de aula). A aluna solicitou que eu lesse o seu texto, quando acabei ela levantou-se com um sorriso no rosto e cumprimentou com um aperto de mão cada um dos participantes do grupo. Foi um momento muito emocionante para todos nós. Através deste texto, Paula evidencia como, a partir de sua inserção neste contexto institucional, pôde resignificar o preconceito de idade, construído socialmente como um obstáculo para possíveis mudanças. Sua voz é representativa do mundo sócio-cultural em que vivemos no que diz respeito à discriminação da pessoa idosa, como também revela a construção de um novo discurso em um contexto interacional e institucional favoráveis a esta nova construção.

A partir daí, Paula começa a interagir no contexto da sala de aula e fora dela através do seu discurso escrito e oral, conforme podemos observar nos títulos das etapas subsequentes: Etapa 3 - *“Eu quando estou esquirevendo sinto muito feliz.”* (Paula, texto escrito em 9 de setembro de 1994); Etapa 4 - *“Minha vida é muito triste. Mas tô satisfeita que eu tô vivendo, tô viva”*. (Paula, entrevista individual); Etapa 5 - *“Eu estou aprendendo a conviver com as pessoas, coisa que eu não fazia, nunca tive oportunidade de ficar assim, falar com as pessoas, conversar com as pessoas estranhas, né. Só ficava em casa”* (Paula, entrevista individual).

Finalmente, a Etapa 6 intitula-se *“... Era que me arrumava pra uma festa a onde eu ia falar. o meu cabelo lindo refletia vermelho ...”* (Paula, cartão escrito em outubro de 1996). Através deste texto escrito que a aluna enviou-me pelo correio, ela descreve um sonho. Situo este texto a partir da compreensão de que o sonho, segundo Freud, é a realização de um desejo: *“Eu tive um sonho esta noite que não quero esquecer, por isso o escrevo tal qual se deu: era que me arrumava pra uma festa a onde eu ia falar. O meu cabelo lindo refletia vermelho. o meu vestido era um tom de azul. cheio de pano lindo. o meu corpo era jovem, minhas pernas gostavam do contato da seda. falavam-se ria preparava-se.”*..... Ou seja, na medida em que Paula resgata a sua palavra (*“... quando eu comecei eu não tinha nem palavra ...*, Etapa 1), ao

desconstruir conceitos sócio-culturalmente construídos, tais como a idade e a escolaridade formal, reconstrói a sua identidade social e torna-se um sujeito desejante, independentemente do seu corpo envelhecido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo de caso pude verificar a importância do contexto institucional da UnATI-UERJ como um lugar possibilitador da reconstrução da identidade social da pessoa idosa. Em outras palavras, contextos institucionais como as universidades abertas para a chamada terceira idade propiciam a construção de um discurso de resistência por parte das pessoas idosas marginalizadas do processo social. Porém, na medida em que esta identidade social é reconstruída, torna-se fundamental a reinserção destas pessoas dentro do mundo social mais amplo.

Dentro desta perspectiva, abre-se um novo campo de investigação, no qual a pessoa dita idosa é parte integrante do processo social, e, portanto, através do seu discurso constrói a sociedade em que se insere e não é apenas construída pelo discurso legitimado por esta sociedade que tende a discriminá-la.

Para concluir, sugiro que se considere a velhice como uma etapa da existência humana, com suas características específicas, assim como a infância, a adolescência e a vida adulta, porém que se pense em outros espaços socialmente reconhecidos e valorizados, além das universidades abertas para terceira idade, nos quais a pessoa idosa possa ocupar o seu lugar de agente social participativo na construção de uma sociedade mais humana e solidária. Refiro-me, por exemplo, ao trabalho voluntário organizado, como já existente em outros países. Reitero, assim, a minha crença na importância da inserção da pessoa idosa no mundo social como um todo, e não somente em contextos destinados às pessoas com mais de 60 anos.



NOTAS

- * Psicanalista e Mestre em Linguística Aplicada.
- ** Discurso e Identidade: uma visão sócio-construcionista da velhice. Dissertação de Mestrado no Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada. Rio de Janeiro, UFRJ. Faculdade de Letras, 1997.
- 1 Em psicologia, a técnica projetiva se refere a testes, como o Rorschach, por exemplo, onde se apresentam estímulos ambíguos para que o indivíduo projete traços essenciais de sua personalidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, J.A. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cad. Pesq.*, São Paulo, v. 77, p.53-61, 1992.
- ARONOWITZ, S. & GIROUX, H. *Postmodern Education*. Minneapolis: Univ. of Minnesota, 1991.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 929/1981.
- BEAUVOIR, S. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BODILY, C. L. Ageism and the deployments of "Age": A constructionist view. In SARBIN, T.R. & KITSUSE, J.I. (ed.) *Constructing the Social*. London: Sage, 1994.
- CAMERON, D. et alii. *Researching Language. Issues of Power and Method*. London: Routledge, 1992.
- COOK, T.D. & REICHARDT, C.S. *Qualitative and quantitative methods in evaluation*. London: Sage, 1979.
- LUDKE, M. & ANDRÉ, M. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.
- MOITA LOPES, L.P. Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. *D.E.L.T.A.*, v.10, n. 2, p. 329-338, 1994.
- _____. Contextos institucionais em Linguística Aplicada: novos rumos. *Inter-câmbio*, 5, p. 3-14, 1996a.
- _____. Discourses of identity in an L1 reading classroom: the construction of difference. CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA APLICADA (AILA'96), 11, 1996b, Jvaskyla, Finlândia.



- _____. Co-construção do discurso em sala de aula: alinhamento a contextos mentais gerados pela professora. INTERNATIONAL PRAGMATICS CONFERENCE, 5, 1996c, Mexico. (no prelo.)
- OSTROWER, F. *Criatividade e processos de criação*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- SAMPSON, E.E. The deconstruction of the self. In: Shotter, J. & Gergen, K.J., *Texts of Identity*. London: Sage, 1993.
- SARBIN, T. & KITSUSE, J. *Constructing the social*. London: Sage, 1994.
- SCHARFSTEIN, E.A. *Discurso e identidade: uma visão sócio-construcionista da velhice*. Rio de Janeiro: UFRJ. Fac. de Letras, 1997. 159 fl. mimeo. Dissertação. (Mestrado) Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada.
- VERAS, R. & CAMARGO Jr., K. Idosos e universidade: parceria para a qualidade de vida. In VERAS, R. (org.) *Terceira Idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- WERTSCH, J.V. *Voices of the mind. A sociocultural approach to mediated action*. Cambridge: Harvard University, 1991.

ABSTRACT

The text summarizes the main topics of the dissertation entitled *Discourse and Identity: a socioconstructionist view of old age*. It is a case study about an old student in classroom, within the institutional context of the Open University for Studies on the Elderly. Considering this complex theme, I intend to present here, in brief, a discussion of the action of discourse in constructing/reconstructing the elderly's social identity. This reflection is based on the main topics: a psycho-social approach of old age, a dialogical and sociointeractional approach of old age; a dialogical and sociointeractional approach of written discourse and the construction of social identity, in the socioconstructionism's view.

Keywords: Elderly, discourse, identity.



A GESTÃO DA EXPERIÊNCIA DE ENVELHECER EM UM PROGRAMA PARA A TERCEIRA IDADE: A UNATI/UERJ

Marcelo Alves Lima*

RESUMO

O principal interesse desta investigação é descrever aspectos de uma instituição voltada para a terceira idade e, com isso, contribuir para a compreensão das representações da velhice e do envelhecimento que organizam a transformação da velhice em uma questão pública e a socialização da gestão da experiência de envelhecer. Parte-se do pressuposto de que "Terceira Idade" expressa uma nova sensibilidade em relação à velhice, que vem se transformando em reflexo e também sintoma das formas de sociabilidade que se desenvolvem contemporaneamente. O argumento central parte da observação de que no universo investigado, essa sensibilidade é vivida através de um código: de comportamento, de expressões corporais e, sobretudo, de expressões de subjetividade, através das quais as experiências individuais de envelhecimento podem ser partilhadas e negociadas, em um contexto marcado pelo declínio dos modelos tradicionais de gerir a experiência de envelhecer e pelo surgimento de um discurso científico sobre velhice e envelhecimento.

Palavras-chave: Terceira idade, programas para terceira idade, velhice, envelhecimento.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo se originou de uma investigação¹ cujo objetivo era identificar aspectos de uma aparente contradição: ao mesmo tempo em que alcança uma dimensão pública, a velhice tende a ser vivida e apresentada como uma responsabilidade individual, resultado de um processo que DEBERT (1993 e 1997) chamou de *reprivatização da velhice*. O foco principal da análise incide sobre o discurso e as práticas corporificadas em uma instituição voltada para a "terceira idade" — a Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) —, sobretudo porque permite a observação de relações que se estabelecem entre pessoas idosas e a produção de discursos sobre velhice e envelhecimento. Esta análise admite como pressuposto que tanto a percepção da velhice e do envelhecimento que os alunos dessa instituição

têm, quanto aquela que expressam os estudiosos do tema, embora diferentes, se reduzem à condição de artefatos culturais. Ambas são modos de conceber a velhice, feitos da mesma matéria-prima, ou seja, dos significados e valores da cultura na qual se inserem.

Nos últimos anos, tem ocorrido um aumento significativo do número e da variedade de iniciativas voltadas para pessoas idosas. Da mesma forma, vêm crescendo em todo o país as discussões em torno das características e direitos desse grupo etário, em especial relacionados à aposentadoria e à sua qualidade de vida. Mesmo em um país como o Brasil, tradicionalmente identificado como um “país jovem”, que dá pouca atenção aos seus idosos, a velhice vem se tornando, de forma particular, uma questão de ordem pública, não mais restrita à esfera privada e da família.

Frente ao Estado e à sociedade, que não podem mais ignorá-lo, o idoso se tornou ator na cena política e social, redefinindo imagens estereotipadas, nas quais a velhice aparece associada à solidão, doença, viuvez, morte, etc. e que enfatizam essa fase da vida como uma condição desfavorável, muitas vezes indesejada. No entanto, vem sendo divulgado pela mídia um número cada vez maior de matérias sobre pessoas idosas que de alguma forma estariam agindo como “não-velhos”. São pessoas de idade avançada praticando esportes, ginástica, dançando e se divertindo, em atividades que demonstram uma vitalidade e uma alegria normalmente identificadas apenas com a juventude. Frequentemente, essas matérias têm como objetivo mostrar a superação da velhice e de sua condição de degradação física e social. Em seu subtexto, ao apresentar essas pessoas como exemplos de vitória sobre o tempo, enfatizam a responsabilidade de cada indivíduo perante a forma como envelhece. Tais matérias atribuem a essas pessoas a categoria “terceira idade”², enquanto para aquelas que não se comportam da mesma forma, porque não podem ou não querem, restaria o rótulo de “velhos” e toda a carga pejorativa que o acompanha.

O aumento da participação social dos idosos e o surgimento de novas representações sobre a velhice e envelhecimento não podem ser explicados unicamente pelo envelhecimento da população, pois são reflexo de mudanças que implicam redefinições das formas de periodização da vida, das categorias etárias que recortam a organização da sociedade e a revisão das formas tradicionais de gerir a experiência de envelhecimento.

Um processo de “politização”, com características próprias das sociedades contemporâneas, está alçando a velhice à dimensão pública, tornando mais evidentes os mecanismos e os agentes de sua construção social, bem como explicitando o papel desempenhado por cada um deles: o Estado, através de políticas sociais, o saber científico institucionalizado e as pessoas idosas.

Uma das características deste século seria, segundo alguns autores, a presença de um processo extremamente veloz de redefinições e reestruturação das fases da vida, bem como dos conteúdos específicos atribuídos a cada fase. Novas fases são criadas, como a meia-idade, a “terceira idade” e, recentemente, a “adulescência”, em um processo que FEATHERSTONE (1994) chamou de colonização do curso da vida. A modernidade, ainda de acordo com este autor, teria criado uma periodização com fases bem definidas, enquanto, na pós-modernidade, as distinções entre as fases estariam se dissolvendo. Estaríamos vivendo um embotamento das fases do curso da vida, ao mesmo tempo em que, de forma contraditória, novas fases continuam sendo propostas (STUCCHI, 1994; DEBERT, 1997). Nesse quadro, a rigidez e homogeneidade do curso da vida, padronizado pelo Estado e pelo conjunto de *experts*, cedem espaço para uma tendência à maior flexibilidade e variedade.

A “terceira idade” expressa essa situação, pois é uma sensibilidade em relação à velhice que vem se transformando, como reflexo e sintoma das formas de sociabilidade que se desenvolvem contemporaneamente nos grandes centros urbanos, numa operação que encontra nos “programas para a terceira idade”³ um espaço propício a sua realização. O que se pretende demonstrar neste trabalho é que a “terceira idade” é um código: de comportamento, de expressões corporais e, sobretudo, de expressões de subjetividade, através do qual as experiências individuais de envelhecimento podem ser partilhadas e negociadas em um contexto marcado pelo surgimento de um discurso científico sobre a velhice e envelhecimento e por mudanças na forma como indivíduos, ao envelhecer, negociam com imagens estereotipadas da velhice.

A visão de que idade cronológica é fundamental, ou de que velhice seria apenas uma restrição imposta pelo envelhecimento biológico, é relativizada pela noção de “terceira idade” que, ao mesmo tempo, reforça



a ideia de que é possível, com esforço individual, avançar na idade sem ficar velho. A velhice, à qual se opõe a terceira idade, é marcada por um repertório de signos que formam códigos de expressão corporal e de comportamento. Como conseqüência da visibilidade desses traços característicos, não é difícil manipular ou até mesmo “negar” a velhice, apagando seus sinais mais facilmente reconhecíveis, tanto em sua dimensão corporal, quanto em sua dimensão subjetiva. O indivíduo pode ler em seu corpo sinais do tempo, ao mesmo tempo em que nele pode escrever um projeto de envelhecimento. Maquiagem exagerada, roupas extravagantes e coloridas, muitas vezes vistas em pessoas de mais idade, bem como um comportamento lúdico e hedonista, são marcas que pretendem controlar a velhice, contrapondo-se à imagem do que seria o “velho”.

Se, de certa forma, o corpo informa ao indivíduo os sinais do envelhecimento, essa condição física não esgota a experiência de envelhecer. A ideia da “máscara da velhice” (FEATHERSTONE, 1994) significa o estranhamento de uma pessoa diante das evidências físicas de que está envelhecendo, sem sentir subjetivamente essa realidade da mesma forma (THOMPSON, 1991). Isto somente ocorre em um contexto no qual indivíduos se representam como possuidores de uma subjetividade autônoma, quando o “eu” é visto como uma entidade capaz de administrar o processo de envelhecimento. Essa subjetividade se torna, do mesmo modo que o corpo, um texto onde se pode ler e escrever um projeto de envelhecimento. A velhice se torna “um estado de espírito”, manifesto no comportamento e na capacidade de os indivíduos sinalizarem através dele a forma como envelhecem; e uma questão de autoconvencimento (DEBERT, 1993), quando se reconhece que ela é o resultado daquilo que o indivíduo fez de seu corpo e vida, numa relação mediada por sua autodeterminação, na qual os fatores sociais são pouco destacados, os fatores biológicos estão, de certa forma, controlados ou relativizados e a dimensão subjetiva posta em evidência.

O aumento da visibilidade e importância da velhice a que se assiste hoje tem como um de seus principais aspectos o surgimento de um discurso científico sobre o envelhecimento, em nome do qual aparecem *experts* que se apresentam como agentes legítimos para falar da velhice, em seus aspectos individuais, sociais e políticos. Com o aparecimento da Gerontologia (campo de estudos multidisciplinar que congrega profissio-

nais de diversas áreas voltados para o estudo e tratamento da velhice, em seus vários aspectos), a experiência de envelhecer se torna alvo de prescrições e cuidados. Ao mesmo tempo, a velhice aparece no discurso dos gerontólogos como uma questão social, o que ocorre a partir de um intenso trabalho social de persuasão, e não como consequência natural do aumento dos idosos no conjunto da população (LENOIR, 1990).

Mais recentemente, frente à demanda por intervenções e um mercado crescente de pessoas idosas, um conjunto, muitas vezes contraditório, de representações e homogeneizações é acionado no sentido de demonstrar um envelhecimento adequado e uma transição bem-sucedida a essa fase da vida. Essa outra face do discurso sobre a velhice é parte de um processo crescente de socialização da gestão da experiência de envelhecer (DEBERT, 1992 e 1997), e se opera através de uma imagem mais positiva do envelhecimento, que tende a enfatizar a responsabilidade de cada indivíduo perante a forma como envelhece (ou deixa de envelhecer), divulgando que cada pessoa faça da sua experiência de envelhecer um projeto desenvolvido em meio a uma crescente quantidade de recursos e discursos, desde as UNATIs e programas de pré-aposentadoria até as tecnologias mais sofisticadas de “profilaxia” do envelhecimento, baseadas em drogas e hormônios.

No Brasil, a Gerontologia nasce do interesse de instituições e de pessoas que já trabalhavam, de alguma forma, no atendimento a idosos. Preocupados com a ausência de iniciativas para esse segmento da população e com a carência de pesquisa e estudos científicos no país, principalmente em comparação com outros países, importam o modelo produzido nos EUA e na Europa. Incentivando a formação dos primeiros gerontólogos brasileiros no exterior, a partir do anos 60, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Serviço Social do Comércio (SESC), pioneiros em atividades voltadas para idosos, começam a implantar no Brasil os primeiros trabalhos para idosos não-institucionalizados, baseados na percepção de que a condição marginal dos idosos poderia ser revertida com atividades de lazer, que contornassem a ausência de papéis e a solidão do idoso na sociedade contemporânea, tidas então como o principal problema de quem envelhece.

Com esse modelo de intervenção, aparecem, junto às formas tradicionais de assistência aos idosos — como os asilos e casas geriátricas —,

outras que, a despeito da imagem negativa proposta pela Gerontologia neste contexto — um idoso pobre, doente e marginalizado pela sociedade —, apresentam a velhice como uma etapa privilegiada da vida, voltada para a satisfação pessoal e o prazer. Proliferam, hoje, nos principais centros urbanos do país, uma variedade de iniciativas que vão de cursos de teatro e dança, UNATIs, programas de pré-aposentadoria, programas de lazer e convívio, organizados por administrações municipais e estaduais, agências de turismo, programações específicas para idosos, como bailes e passeios, etc.

Até recentemente, os principais nomes da Gerontologia no Brasil saíam do SESC, que incentivava a formação de seus profissionais fora do país, ou através de cursos promovidos no Brasil com *experts* estrangeiros⁴. Nos anos 90, o surgimento de alguns cursos em instituições universitárias demonstram não só o aumento do interesse pela questão da velhice e do envelhecimento, mas uma significativa passagem do “controle” da formação dos *experts* da área “prática” do SESC para a área mais “acadêmica”. Além de cursos formais (especialização, mestrado e doutorado), começam a surgir cursos de Gerontologia e de Geriatria, de curta duração, que se destinam a profissionais interessados na “terceira idade”. Esses cursos são a evidência de um mercado emergente de idosos como consumidores potenciais de serviços e, de outro lado, de um metamercado, disputado entre os *experts* oriundos da academia e aqueles com formação “prática”, no qual a Gerontologia aparece como “produto” cuja incumbência é qualificar/legitimar a atuação profissional junto aos idosos.

A mais recente e complexa investida do Estado em relação à velhice — a aprovação da lei que estabelece a “Política Nacional do Idoso” — tem como uma de suas principais características um maior reconhecimento da autonomia do idoso e de seu papel como sujeito social e político. Além disso, com ela, os programas para a terceira idade se tornaram um modelo aceito e implementado pela ação estatal, consolidando-se como uma alternativa de política social. Sua forma de intervenção é determinada e justificada pelos *experts* com conhecimentos “técnicos” sobre a velhice e envelhecimento. Ao mesmo tempo em que transfere responsabilidade a instituições como as UNATIs, o Estado opta pela profilaxia do envelhecimento. Os idosos deixam de ser clientes do Estado e passam a consumidores de serviços “terceirizados”⁵.

O campo⁶ do saber científico em uma cultura cientificista de *biopolítica* (FOUCAULT, 1993) pode ser uma instância privilegiada para se observarem os investimentos culturais sobre o Homem e o corpo humano. Assim, a Geriatria e a Gerontologia, bem como as instituições voltadas para a velhice e o envelhecimento, podem, de determinada ótica, ser vistas como um *locus* privilegiado para se observar as transformações pelas quais vem passando a experiência de envelhecimento. Esse enfoque, apontado por DEBERT e SIMÕES (1994) como uma alternativa, baseado sobretudo na obra de Foucault, tenderia a ver, nos programas para a terceira idade, e no conjunto de políticas sociais de assistência à velhice, estratégias típicas da época moderna de vigilância e controle social disciplinador sobre a população, através do controle sobre seus corpos. Esse controle não seria direto, repressivo, mas, a exemplo do controle sobre a sexualidade que FOUCAULT (1990) identifica na proliferação de discursos tendo-a como objeto, teria no desenvolvimento de instituições e discursos sobre “terceira idade” um suporte para constituição de mecanismos de poder.

Se, por um lado, essa perspectiva permite visualizar estratégias de controle e dominação, por outro, incorre no risco de torná-la uma dominação abstrata. Mesmo considerando uma rede de micropoderes difusos, onde se revezariam psicólogos, assistentes sociais, geriatras e gerontólogos, evitando assim o erro de procurar “o poder” em um centro, esses dispositivos não possuem a capacidade normativa pressuposta por essa perspectiva, entre outras razões, porque seus esforços não se concentram de forma exclusiva sobre a velhice, mas antes têm de se voltar para a formação de sua legitimidade e identidade. Logo é importante estar atento aos conflitos que envolvem a constituição da velhice como uma questão legítima, e dos *experts* como agentes autorizados a normatizá-la, bem como o papel dos destinatários — as pessoas idosas — e suas estratégias frente aos discursos sobre eles produzidos.

Na primeira parte deste trabalho procuro apresentar, ainda que sumariamente, formações discursivas sobre velhice e envelhecimento, destacando contradições e pressupostos que condicionam práticas concretas. Esta análise, antes de responder em que medida o discurso dos *experts* pode influenciar, de modo “causal”, as práticas sociais, serve para compor um pano de fundo que permita a inteligibilidade dessas práticas quando acionadas no universo empírico focalizado ao final do texto.



2. A GERONTOLOGIA E A GERIATRIA

A velhice, ou os fenômenos ligados ao envelhecimento do corpo, sempre foram alvo de reflexão e elaboração de teorias, uma vez que sempre houve pessoas envelhecendo, não importa até que idade ou em que quantidade. Desde os mais remotos registros da escrita —BEAUVOIR (1970) chega a citar textos egípcios de 2500 a.C. —, a velhice aparece como objeto de reflexão, algo que tem de ser explicado e, eventualmente, descrito. Todo discurso sobre a velhice é sempre condicionado pela visão de mundo da época e contexto em que é elaborado. Dela retira os argumentos, as imagens e elementos causais de que se serve para tornar visível, descrever e explicar a velhice. Mesmo a modalidade científica e disciplinar desse discurso, inicialmente ligado à medicina, que supostamente opera somente com dados da natureza, não pode prescindir da visão de mundo que, aliás, lhe confere legitimidade para falar sobre seu objeto (GUALLIMARD, 1986).

Nos primeiros modelos que buscavam caracterizar a velhice, surgidos nessa fase científica disciplinar, a ênfase era posta no biológico como *locus* privilegiado, a partir do qual se poderia produzir conhecimento e intervir sobre a velhice. Era no corpo que envelhece que se buscava a velhice. Este, como um dado da natureza, se curvaria resignadamente ao olhar científico. Assim, a vinculação entre visão de mundo e explicação sobre o objeto do discurso estaria fora do processo de produção de saber, ao mesmo tempo em que estaria garantida, como consequência da homogeneidade fisiológica humana, a universalidade desse saber⁷. O conjunto de representações sobre a velhice e o envelhecimento acionado e difundido em nome da Ciência, desde então, tem encontrado limitações sempre que tenta dar conta das transformações da experiência de envelhecer que acompanham as mudanças da sociedade, pois sua forma de representar a velhice, em sua origem, se caracterizava por tomar o fato natural do envelhecimento biológico como dimensão privilegiada e daí derivar todas suas teorias.

A questão da velhice começa a ganhar visibilidade, e ser objeto de discursos e práticas específicas, com a criação de instituições especializadas no tratamento da população de mais idade na Europa no final do século

passado e início deste (BENOIT-LAPIERRE, 1979; LENOIR, 1979; GUALLIMARD, 1986; DEBERT E SIMÕES, 1994; KATZ, 1996). Nesse contexto, marcado ao mesmo tempo pelo cientificismo e pelas transformações na estrutura social advindas da expansão do capitalismo, o discurso sobre a velhice entra no que se pode chamar sua fase científica disciplinar⁸. Sua especificidade é afirmada, e começa a se delinear um campo autônomo de estudos a partir de duas frentes, até pouco hegemônicas na produção de discursos sobre a velhice e envelhecimento: uma baseada na ciência médica e outra intimamente ligada às questões de políticas públicas e assistenciais, correspondendo, respectivamente, ao surgimento de duas disciplinas: a Geriatria e a Gerontologia.

Em 1868, Jean Martim Charcôt escreveu sobre a velhice em seu livro *Lessons on the Maladies of the Age and on Chronic Diseases*:

Esta faceta de la medicina, tan interesante, ha sido largamente descuidada, y sólo en nuestros tiempos ha logrado, con dificultad, lograr su *autonomía*. Antes, las enfermedades de la vejez apenas si se mencionaban. Si dejamos de lado las obras de Floyer (1724), de Ficher (1766) y la más reciente de Welsted, la mayor parte de los trabajos médicos, en el último siglo, que se refieren en especial al período senil, tienen un *carácter especialmente literario o filosófico*; ellos son de una u otra manera, distorsiones ingeniosas del famoso tratado *De Senectute* del orador romano Cicerón. (CHARCÔT, 1868, citado em: MOTLIS, 1988: 3-24. Grifos meus)

O diagnóstico de Charcôt revela sua percepção da ausência de caráter científico no estudo da velhice e do envelhecimento. Os termos usados sinalizam que esse autor compreende a necessidade de se tratar a velhice em um campo autônomo e apoiado unicamente na ciência, livre portanto de pressupostos não baseados na observação direta da realidade. No entanto, somente no início deste século essa autonomia ganha visibilidade e nome. Surgem aí os termos mais importantes ligados ao estudo da velhice. O termo “gerontologia” (*Geras*: velho, *Logia*: estudo, descrição) foi criado em 1908 pelo médico russo radicado em Paris, Élie Metchnikoff⁹, e significa o estudo do envelhecimento. Já o termo “geriatria” (*Geras*: velho, *Iatrikos*: tratamento) foi criado pelo médico austríaco radicado nos EUA, Ignaz Nascher, em 1909. Porém, as condições da emergência de um campo autônomo de estudo da velhice e do envelhecimento, do qual se ressentia Charcôt, começam a aparecer um pouco antes.

Segundo FOUCAULT (1993 e 1994), o hospital era, antes do século XVIII, uma instituição de assistência aos pobres, mas que também significava exclusão e separação. Nos hospitais abrigavam-se idosos e indigentes que não podiam se sustentar. Com o tempo, a problemática à qual ficou ligada a instituição hospitalar foi restrita ao corpo humano que precisava de algum tipo de cuidado, enquanto as funções asilares foram transferidas para entidades filantrópicas. A dissociação entre velhice e doença ocorreu paralelamente a um processo de tornar autônomas as doenças. No contexto do surgimento da clínica médica, a medicina começa a instaurar uma nova dimensão do visível, do invisível e do insondável. A partir daí, ela passaria a configurar quadros sintomáticos para constituir seu patrimônio de significados, delimitando doenças e patologias específicas.

Como demonstra FOUCAULT, a lógica por trás do surgimento da clínica médica não é apenas instituir o singular, o individual, como foco da prática médica, mas tornar a doença algo mais significativo que o corpo onde esta se assenta e aí então formar uma nova percepção do conhecimento médico. No hospital, o médico se volta para o doente e nele descobre qual doença reside em seu corpo. Na clínica, ao contrário, o doente não é o sujeito para o qual se volta a prática médica, mas apenas um corpo que a doença toma emprestado (FOUCAULT, 1994). Nesse contexto, a medicina propõe a distinção entre envelhecimento normal e patológico, possibilitada pela grande concentração de pessoas idosas nos hospitais, onde o saber se constrói e se transmite, e onde idosos ofereciam seus corpos à observação em troca de cuidados e assistência (FOUCAULT, 1993). Assim como a doença, a velhice passa a ser vista como um fenômeno que se apodera do corpo dos homens. Essa dissociação gerou a possibilidade de o nascimento da Geriatria atuar, a partir de então, em duas frentes complementares: 1) a Geriatria, como especialidade clínica, voltada para o cuidado individual, tendo como objeto as manifestações particulares de um processo natural, ainda não completamente conhecido, em corpos particulares de pacientes específicos, através do acompanhamento de casos singulares com finalidades terapêuticas; 2) a Geriatria ligada ao estudo das causas do envelhecimento, tendo como área de atuação a pesquisa voltada para processos gerais do envelhecimento fisiológico.

Essa dualidade está assentada na dupla paternidade do estudo científico: Nascher seria o “fundador” da primeira, e Metchnikoff, e suas teorias sobre o envelhecimento, da segunda. À primeira vista, essa dualidade poderia ser identificada com a distinção feita por FOUCAULT (1990) entre anátomo-política do corpo e biopolítica da população. No entanto, os dois processos arrastam a interpretação para uma ênfase sobre o exercício do poder. Se, por um lado, apontam para dois objetos distintos — o corpo individual e o corpo espécie (ou corpo social), estruturantes do discurso sobre o envelhecimento —, por outro, sua “unidirecionalidade” ofusca o que se pretende destacar aqui, ou seja, a interdependência entre ambas, e a forma como se faz presente no estudo científico sobre o envelhecimento até hoje. Essas duas faces complementares da área médica refletem uma dualidade que acompanha o discurso científico sobre a velhice em sua fase disciplinar: ser ao mesmo tempo um **campo de saber e de intervenção**.

O momento em que a questão da velhice começa a ganhar visibilidade e a ser objeto de discursos e práticas específicas é um período de grande atividade intelectual e de profundas transformações sociais. A Europa vive as conseqüências da expansão do Capitalismo e, nesse momento, os principais esforços intelectuais vão se voltar para a análise dos problemas daí decorridos, a partir de uma perspectiva secular. Ou seja, localizando na sociedade, sem referências transcendentais, as causas e respostas dos principais problemas vividos na época — entre eles as condições de pobreza e marginalidade envolvendo parte da população que, com o avanço da idade, enfrentava dificuldades para garantir uma subsistência mínima. Desde então, parte significativa do discurso sobre a velhice esteve relacionado às transformações na sociedade (ATTIAS-DONFUT, 1979a), e a velhice passou a ter uma presença crescente entre as preocupações sociais.

Se na Geriatria a construção da autonomia do discurso sobre a velhice e o envelhecimento se deu a partir do reconhecimento das especificidades do organismo envelhecido e da necessidade de se representá-lo cientificamente, na Gerontologia o mesmo processo pode ser compreendido em três aspectos: 1) reconhecimento da existência de aspectos biopsicossociais envolvendo o envelhecimento humano; 2) reconhecimento da dimensão social da velhice e sua tradução no discurso como um

problema, ou seja, reconhecimento de que a velhice é algo mais que o envelhecimento fisiológico de indivíduos e representa, portanto, um problema não só para o indivíduo e sua família, mas para a sociedade; 3) reconhecimento de que as especificidades dos idosos justificam um tratamento diferenciado em relação às demandas de outros grupos sociais e, portanto, exigem uma “especialização” que substitua as práticas de assistência “leiga” por práticas “profissionais”.

O reconhecimento — por parte daqueles empenhados em conhecer e descrever a velhice e o envelhecimento — de que a experiência humana responde não só a determinantes biológicos, mas também a fatores sociais e psicológicos, trouxe a necessidade de instrumental de outras disciplinas para enfrentar a complexidade desse objeto, e dos diferentes recortes que o condicionam. Outros domínios foram sendo incorporados sob a denominação de Gerontologia, como a Sociologia e a Psicologia. Ao se voltar para o estudo científico da velhice e do envelhecimento, uma característica que a Psicologia manteve em comum com a Medicina foi manter a perspectiva de tratar a velhice como um fato natural e universal, cujas variantes seriam patologias ou desvios individuais. As representações da velhice elaboradas a partir do olhar homogeneizador dessas disciplinas se impõem por, supostamente, refletirem uma verdade natural (NERI, 1991).

A partir do reconhecimento de que a velhice é algo além do envelhecimento fisiológico e psicológico de indivíduos, as práticas de intervenção puderam mudar significativamente, e a Gerontologia estendeu sua esfera de intervenção a uma dimensão social¹⁰, tornando os agentes especializados capazes de propor políticas públicas e novos modelos de intervenção. Desde então a Gerontologia tem espelhado, em suas práticas nas representações de seus profissionais e em seu corpo teórico, uma outra dualidade, o **individual** e o **social**.

Ao reconhecer a dimensão social como fator condicionante do envelhecimento, a Gerontologia de certa forma rompe com essa representação “natural” da velhice, sem, contudo, abandonar inteiramente a constituição de seu objeto como um “universal”. A velhice sai dos limites do corpo sem que os pressupostos homogeneizadores da representação da velhice sejam desfeitos. Para a face sociológica da Gerontologia, por exemplo, até recentemente, os problemas decorrentes da velhice nas socieda-

des modernas seriam sempre os mesmos, e de tal forma intensos que se anulariam diferenças de gênero, etnicidade e classe social¹¹. A linearidade e homogeneidade do processo de envelhecimento biológico se transfigura na linearidade e homogeneidade das fases do desenvolvimento psicológico, do *status* social (ou falta dele)¹² e das etapas de vida definidas a partir de papéis sociais determinados pela inserção dos indivíduos no processo produtivo ou no ciclo familiar. Segundo DEBERT (1992), só recentemente esses pressupostos homogeneizadores começam a ser revistos em pesquisa nos EUA e Europa. Até então, o reconhecimento da dimensão social da velhice se vinculava a sua representação enquanto um problema e, a partir dela, dois eixos foram importantes para institucionalizar a Gerontologia: as condições de pobreza e marginalidade dos trabalhadores idosos e uma correlação negativa entre velhice e modernidade.

Na Europa do século XVIII, a expansão do trabalho assalariado tornou o trabalhador responsável por seu sustento, através da venda de sua força de trabalho, em um contexto no qual as condições de vida da classe operária não eram nada favoráveis, como as descreve ENGELS (1975). O envelhecimento das primeiras gerações de operários marcou a associação entre velhice, pobreza e incapacidade, pois se tratava de um segmento da população que não podia, devido ao avanço da idade ou incapacidade física, vender sua força de trabalho, constituindo-se como um grupo dependente de algum tipo de assistência. Ao mesmo tempo, o declínio da produção familiar, seja na agricultura, seja em pequenas empresas domésticas, reduziu um sistema de remuneração familiar que permitia aos filhos cuidar dos pais envelhecidos (DEBERT e SIMÕES, 1994).

O processo de reconhecimento da velhice como uma questão social se inicia, justamente, com essas primeiras gerações de operários que envelhecem (BENOIT-LAPIERRE, 1979). Como uma das primeiras medidas para responder a esse problema, a aposentadoria significou, em parte, a separação da velhice de outras categorias da população alvo de assistência social, pois não significava apenas mais um tipo de assistência, mas direito associado à condição de trabalhadores, que surgiu em substituição às intervenções pontuais de caráter filantrópico, dirigidas à população pobre de uma maneira geral (DEBERT e SIMÕES, 1994; BENOIT-LAPIERRE, 1979; LENOIR, 1979). Segundo BENOIT-LAPIERRE (1979), essa dissociação

progressiva entre a população pobre e os idosos assistidos por algum tipo de assistência previdenciária levou a uma especialização e profissionalização no atendimento aos idosos. A tentativa de superação da imagem de inválido associada à velhice levou a que fossem vistas como ilegítimas as práticas leigas assistenciais, e contribuiu para dar uma identidade própria aos trabalhadores velhos (DEBERT e SIMÕES 1994; BENOIT-LAPIERRE, 1979; LENOIR, 1979).

A partir do pós-guerra, com as transformações e grandes mudanças político-econômicas nos países capitalistas centrais, e com o advento do Estado de Bem-Estar, a saúde e assistência social foram deslocadas para o interior de dispositivos de seguridade social. Embora em alguns países já houvesse, desde o final do século XIX, políticas de proteção aos idosos, aos incapacitados e às mulheres, somente com a expansão e institucionalização do modelo do *Welfare State*, após os anos 50 — em um processo que, segundo LENOIR (1979), teria sido um dos fatores responsáveis pelo surgimento e expansão da “terceira idade” —, a aposentadoria e proteção aos idosos, assim como a saúde, tornam-se direitos de todos os cidadãos. Acompanhando a generalização dos sistemas de aposentadoria, surgiram novas instituições — como asilos e alojamentos — e os hospitais, como já mencionado, se especializaram apenas no tratamento médico à velhice, transferindo sua assistência de caráter filantrópico para instituições especializadas e promovendo uma conseqüente separação entre velhice e doença, que até então estavam intimamente associadas.

A partir do reconhecimento da população idosa como um segmento social com especificidades, foi possível torná-la uma variável e correlacioná-la, não só às diferentes sociedades e culturas, mas a diferentes estágios de desenvolvimento social. A Gerontologia vem estabelecendo, desde então, através de seus teóricos, uma correlação negativa entre velhice e modernidade¹³. Apesar do limitado conhecimento disponível da situação dos idosos, em períodos históricos distantes, ou mesmo em épocas relativamente próximas (DEBERT, 1997), o discurso da Gerontologia freqüentemente se utiliza de uma narrativa histórica que justifica essa correlação (NERI, 1991; COHEN, 1994). De acordo com essa visão, a urbanização, industrialização e modernização teriam levado ao declínio do *status* social do idoso e sua degradação nas sociedades contemporâneas. Os

principais aspectos de mediação entre a modernização e a condição da velhice teriam sido: 1) a passagem da família extensa à família nuclear; 2) as mudanças no mundo do trabalho; e 3) o advento da “cultura de massas”. Estes processos têm como pano de fundo uma comparação com épocas não-modernas (e, eventualmente, com contextos não-modernos contemporâneos), que torna possível destacar uma condição desfavorável da população idosa, por oposição a uma “idade de ouro”, na qual os idosos seriam respeitados e valorizados¹⁴.

O discurso dos Gerontólogos no Brasil tem tido dificuldades em avançar no processo contraditório de socialização e reprivatização da experiência de envelhecimento. Esse processo tem levado as questões associadas à velhice para uma dimensão pública, ao mesmo tempo em que as novas imagens de envelhecimento enfatizam a velhice como autoconvencimento (DEBERT, 1993). A constituição da velhice como uma “problemática”, da qual depende diretamente a Gerontologia, foi parcialmente abortada por essa contradição, pois ao mesmo tempo em que se enfatiza a velhice como um problema social (através de imagens negativas que apresentam o idoso como uma vítima), tem de se legitimar frente a seus clientes idosos, “vendendo” a idéia de que a velhice pode ser uma fase privilegiada da vida (através de imagens da velhice como uma época de lazer, auto-satisfação, prazer, etc.)¹⁵. Assim, surgem freqüentemente contradições entre as imagens geradas no discurso gerontológico e as experiências de pessoas idosas às quais se referem. Como consequência, ao mesmo tempo em que busca a constituição de um campo autônomo, sobre o qual pretende hegemonia, a Gerontologia cede espaço a um conjunto de intervenções “leigas”, como cursos de teatro e dança, que não se sentem, necessariamente, comprometidos como a Gerontologia.

3. PROGRAMAS PARA TERCEIRA IDADE: DO LAZER AO PRAZER

A partir da década de 60, instituições seculares, originalmente destinadas ao abrigo de indigentes, se tornam institutos de Gerontologia. Essa vulgarização do termo Gerontologia ocorre ao mesmo tempo em que uma especialização progressiva de instituições asilares, a separação entre os

idosos e a população carente em geral, bem como a superação do assistencialismo leigo baseado na caridade (laica ou religiosa) sinalizam a constituição de um campo autônomo de agentes e assistência especializada. No entanto, a história dessas instituições é fortemente marcada por um processo de questionamento do modelo asilar que, embora, como afirma GROISMAN (1998), seja menos acentuado no que se refere à velhice do que em relação aos “loucos” e aos “órfãos”¹⁶, ofusca o desenvolvimento da autonomia das questões do envelhecimento. São os programas para a terceira idade os principais responsáveis pelo desenvolvimento dessa autonomização, buscando uma identidade própria sem abrir mão do saber científico como inspiração.

O SESC foi responsável pela implantação dos primeiros programas para a terceira idade no Brasil, na década de 60¹⁷. O conjunto de representações sobre a condição do idoso nessa época, e os trabalhos que buscam explicar a condição de vida dessa população, bem como propor soluções, apontam para a “culpa” da civilização moderna quanto à condição de vida da população idosa. A sociedade industrial e de classes — com sua velocidade particular e a generalização do estatuto de descartável atribuído a tudo que não acompanhe essas mudanças — explicaria a marginalização a que os idosos são relegados no cotidiano. Valorização social e estratégias de (re)socialização apareceram assim como alternativas a essa condição marginal. Esta seria a origem e a razão de ser dos programas para a terceira idade.

Até o final da década de 60, duas teorias dominavam o cenário da produção gerontológica, cujo centro de influência se situava nos EUA: a “Teoria do Desengajamento” (Cumming e Henry, 1961) e a “Teoria da Atividade” (Cavan, 1965)¹⁸. O que ambas tinham em comum era que entendiam a velhice como um momento de perdas sociais, perda dos papéis específicos na família e no trabalho, perda de *status* e retração do *network*, e se tornavam opostas quanto à perspectiva de como deveria ser o ajustamento do indivíduo a essa situação. A “Teoria de Desengajamento” foi mais presente no início dos programas para a terceira idade. Sua influência junto ao SESC é assumida por seus técnicos, e sua principal característica, absorvida no país, é propor como chave para um envelhecimento adequado o abandono progressivo de atividades como o trabalho, que passaria a ser tido como ilegítimo na velhice, e sua substituição pelo lazer.

A centralidade do lazer na proposta do SESC tem levado a que, em diferentes momentos, essa entidade tenha promovido a discussão conceitual do que seria “lazer”¹⁹. Nessas discussões, parte-se de diferentes concepções para se eleger a mais próxima da realidade dos trabalhos com idosos. A observação dessas discussões indica a passagem de um modelo baseado na socioterapia para um modelo que incorpora os efeitos subjetivos das práticas de lazer e assinala a passagem de um modelo mais sociológico de individualismo (que supõe o indivíduo dado pelo social), para um modelo mais subjetivo (que supõe, na dimensão subjetiva, uma autonomia parz autodeterminação). É como se os programas deixassem de representar apenas uma mediação entre o indivíduo e a sociedade para promover a mediação do indivíduo e seu *self*. A educação, apresentada através de conceitos como “educação permanente”, foi eleita a principal ferramenta para isso. A partir dela, o SESC sofisticou suas práticas e, com assessoria de gerontólogos franceses da Universidade de Toulouse, inaugurou em Campinas, em 1977, sua primeira “Escola Aberta para a Terceira Idade”, tendo como referência um modelo “universal” de velhice que torna possível o intercâmbio internacional.

As discussões sobre a importância da educação para idosos tem levado o SESC a patrocinar debates e publicar artigos de *experts* no assunto (CUNHA, 1980; PEREIRA, 1980; SALGADO, 1977; WASHINGTON, 1980). Nesses debates são vinculadas duas perspectivas teóricas: a primeira concebe a educação como estratégia de socioterapia, promovendo e estimulando a integração social. Nesta perspectiva, a educação é um instrumento de promoção social. A segunda concebe um envelhecimento melhor para aqueles que mantêm a mente ativa através de atividades educativas. Nesta perspectiva, a educação seria tanto uma espécie de ginástica mental — que evita a deterioração das atividades cognitivas — quanto um instrumento para aquisição de novos conhecimentos.

As discussões e desdobramentos da segunda perspectiva se tornaram um veículo para expressar uma concepção de envelhecimento fortemente derivada da Psicologia do Desenvolvimento e da “Teoria do Desengajamento”. Daí resultam atividades nas quais o conteúdo psicológico ganha novo *status*. A ênfase no aspecto “social”, que inspira o surgimento dos programas para a terceira idade, cede espaço para características



mais recentes, que tendem a “psicologizar” as atividades. O lazer continua sendo, ao lado da educação, o principal instrumento para a promoção de um envelhecimento adequado. Porém, atualmente, aparece com frequência justificado mais pelos efeitos subjetivos que promove, do que por seu papel social. O que antes era visto como um antídoto ao tédio e à falta de atividades, e um recurso de promoção e integração social, passa a ser valorizado pelo seu papel no desenvolvimento da personalidade individual.

A partir do início dos anos 60, na França, começam a surgir as primeiras atividades voltadas para idosos no meio universitário²⁰, ou que mantivessem algum tipo de colaboração com as universidades. A generalização do termo “universidade” se justifica, ao que parece, por envolverem atividades que visam à formação por meio de conferências e palestras, produção de conhecimento através de pesquisas, ou por desenvolver suas atividades dentro do *campus* universitário. No entanto, quando essas iniciativas aparecem, seus objetivos não se caracterizam unicamente pelo compromisso com algum tipo de aprimoramento intelectual. Com uma origem próxima à dos programas para a terceira idade, as UnATIs surgiram voltadas para promoção de sociabilidade através do lazer (PEIXOTO, 1997, p. 46). Em meio a outras justificativas, como promover a integração entre gerações, ou a divulgação de novas imagens da velhice, para sensibilizar a opinião pública e as autoridades, as UnATIs sempre estiveram marcadas pela ambigüidade de serem centros de produção de conhecimentos e espaços destinados ao lazer (LENOIR, 1979). No Brasil, as UnATIs aparecem nos anos 80²¹, evidenciando um interesse no atendimento à população idosa diverso daquele desenvolvido junto às práticas assistenciais tradicionais e das experiências do SESC.

4. A UnATI/UERJ: ENTRE O SABER E O LAZER

A UnATI iniciou suas atividades em agosto de 1993, vinculada à Sub-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Embora sua origem esteja ligada à área médica, foi formada a partir de uma compreensão distinta da expressa na área médica tradicional, representada pela Geriatria. Dentro da área médica existem dois caminhos para a especialização no estudo e tratamento da velhice e envelheci-

mento: um mais ligado à medicina social, ou saúde coletiva, e outro mais próximo da prática clínica. A UnATI/UERJ surge desse primeiro caminho, da percepção de que o sujeito de intervenção não deveria ser o homem individual, mas sim a coletividade, e que os fatores causais determinantes da saúde e da doença, assim como do bem-estar geral, incorporam dimensões sociais. Outra singularidade da perspectiva que orienta a concepção da UnATI/UERJ é que, devido à sua origem acadêmica, entende que as UNATIs devam ser um fórum para a produção de conhecimento e pesquisa (CAMARGO e VERAS, 1995).

Embora em muitos pontos haja convergência entre as propostas desta UNATI e alguns dos conceitos do discurso gerontológico, em nome do qual ela se apresenta, assim como convergências com as propostas de diversas outras instituições, na prática ela tem que se diferenciar, afirmando sua originalidade. Constrói, assim, uma identidade própria, justificando sua posição diferenciada em relação às instituições congêneres. Ao ser enfatizada a origem acadêmica e sua ligação orgânica com a universidade, a UnATI/UERJ se distingue, por um lado, do SESC e do modelo de atenção aos idosos lá desenvolvido e, por outro, se diferencia também da Geriatria e Gerontologia, corporificadas em suas respectivas entidades profissionais — a SBGG e a ANG. Essa identificação entre a UnATI/UERJ e a universidade se dá por uma analogia à academia, em função de seu papel comum na produção de conhecimento, ou através de uma identificação metonímica com a universidade, da qual ela seria um modelo em miniatura. Assim a UnATI/UERJ é estruturada e apresentada como uma “microuniversidade temática”, resultado da união de ensino, pesquisa e extensão²².

Atualmente está sendo discutida a transformação da UnATI/UERJ em Instituto da Terceira Idade, criando uma graduação que viabilize uma carreira para os alunos, através de um curso formal de três anos, e uma pós-graduação que ofereça cursos de Gerontologia. No entanto, o que mais se espera da UnATI/UERJ, ao se transformar em Instituto, é consolidar-se como um centro nacional e internacional de referência nas questões de terceira idade, uma vez que já considera “o que há de mais moderno no país em ensino, pesquisa e assistência nas áreas de Gerontologia e Geriatria” (UnATI, 1996). No documento que define a proposta do Instituto da Terceira Idade, a UnATI/UERJ se apresenta como “centro irradiador

do pensar gerontológico no Brasil” e, ainda nesse mesmo documento, afirma ser considerada pela OMS como Centro de Referência Mundial na área de atenção à terceira idade (UnATI, 1996).

5. ENTRE O SABER E O LAZER

Um dilema de difícil resolução cerca a identidade da UnATI/UERJ: ser um centro de convivência, ou um centro de ensino e pesquisa. Esta dualidade atualiza, nesta instituição, outra que acompanha todo o discurso científico sobre a velhice em sua fase disciplinar: afirmar, ao mesmo tempo, um campo de saber e de intervenções. Para alguns de seus profissionais, a denominação “centro de convivência” chega a ser ofensiva, enquanto outros a utilizam normalmente. A principal característica dos centros de convivência (cujo modelo é o SESC), que leva alguns dos experts da UnATI/UERJ a rejeitar qualquer identificação com esse tipo de iniciativa, é o núcleo da sua proposta, em torno da “socioterapia”, ou seja, ocupar o tempo livre, através de atividades de lazer, visando à promoção da sociabilidade e o desenvolvimento da personalidade individual, sem que isso seja feito através de reflexões teóricas e sem um compromisso com a “qualidade” acadêmica. Essa “qualidade” — que se revelaria na qualificação dos técnicos e na produção de pesquisas, artigos, participação em congressos, etc. —, ausente dos “centros de convivência”, os tornaria mais próximos do assistencialismo das atividades “leigas”.

A forma de se referir à UnATI/UERJ como uma “microuniversidade temática” a coloca como uma superação dos centros de convivência. Além disso, ao inserir a intervenção junto aos idosos no universo acadêmico, pretende ampliar o escopo de tais práticas, pois seus objetivos extrapolam os limites imediatos do atendimento direto (CAMARGO e VERAS, 1995). Ao mesmo tempo, tem como objetivo contribuir para reduzir o isolamento e solidão dos idosos, e reintegrá-los à sociedade, resgatando sua cidadania e sua participação na produção de novos valores, bem como atuar na redefinição das imagens da velhice e do envelhecimento, e das relações entre as gerações, aproximando-se, com esses objetivos, das propostas mais gerais dos centros de convivência.

O tempo livre, o lazer, a educação, a pesquisa e a socioterapia, entre outras questões recorrentes que envolvem as instituições voltadas para idosos, são destacadas nas propostas da UnATI/UERJ como significativas ou secundárias, de acordo com o contexto em que são acionadas, tendo em vista a imagem com a qual a instituição pretende se apresentar, ou com a qual pretende se contrapor a outras instituições. Porém as defasagens entre essas imagens e o que de fato acontece nas atividades da UnATI/UERJ refletem contradições próprias a esse universo, freqüentado por pessoas muito diferentes entre si. Em relação às atividades, o mesmo dilema reaparece, tendo como eixo a dicotomia entre, por um lado, atividades de lazer e recreação (que a associam aos modelos de centro de convivência do SESC) e, de outro, atividades didáticas, que repassam algum tipo de “saber” aos alunos — e conferem uma identidade própria à instituição.

O “saber” é um fator constantemente acionado para diferenciar a UnATI/UERJ de outros programas para a terceira idade, simbolizado não somente por sua inserção em um meio universitário ou pela qualificação acadêmica de seus *experts*. Esse “saber” também aparece como um dos principais produtos oferecidos pela UnATI/UERJ, e aquele que torna suas atividades distintas das oferecidas por outras instituições. Embora, sobretudo ao se considerar a perspectiva dos alunos, muitas atividades não possam ser, com clareza, definidas como didáticas ou recreativas²³.

A transformação da UnATI/UERJ em Instituto da Terceira Idade seria a coroação de sua identidade acadêmica e o fim das dúvidas sobre suas especificidades em relação aos centros de convivência. Tal transformação é vista pelos dirigentes como uma necessidade para a manutenção de suas atuais atividades e para a implementação de outras. Por exemplo: aprimoramento e divulgação da Gerontologia através de pesquisas e publicações, além de cursos formais que ofereçam diplomas aos alunos. Seriam criadas assim atividades consideradas necessárias e inovadoras, que se destacam por “materializar” e instrumentalizar a formação dada aos alunos, ou seja, dar visibilidade ao “saber” repassado aos alunos.

6. A “TERCEIRA IDADE” COMO UM CÓDIGO

O perfil socioeconômico dos alunos da UnATI/UERJ aponta para algo mais próximo do universo de “classe média”, mesmo que em seus níveis menos acentuados²⁴. Se, por um lado, isso permite singularizá-los frente à população idosa em geral, e assim evitar generalizações apressadas, por outro, pode induzir ao simplismo de derivar da condição socioeconômica de seus alunos o conjunto de valores e significados presentes nesta instituição. Embora a autonomia que viabiliza a participação dos idosos, em programas como as UNATIs e a manutenção de seu estilo de vida possa, em parte, estar associados a fatores como melhores aposentadorias e condições de vida, alimentação e acesso a serviços de saúde, assim como aos melhores equipamentos urbanos e serviços, encontrados no universo tipicamente classificado como de “classe média”, as representações da velhice e do envelhecimento, traduzidas pelo termo “terceira idade”, extrapolam limites de estratos sociais e fronteiras definidas por fatores — como renda, escolaridade, ocupação, etc. Além disso, não podem ser inferidos, dos dados socioeconômicos, a diversidade de práticas e representações presentes na UnATI/UERJ e o modo como agem e pensam seus alunos.

No universo constituído pelos alunos da UnATI/UERJ, são muitas as experiências de vida e trajetórias individuais que articulam recortes mais “econômicos” com outros mais “sociológicos”, como, por exemplo, identidade étnica, religião, ideário político, etc. Na faixa etária desses alunos encontram-se indivíduos de vários segmentos da sociedade, oriundos de diversos meios culturais diferentes. É preciso, portanto, estar duplamente atento à heterogeneidade da vida social contemporânea, pois nessa faixa etária a diversidade é vivida juntamente com outra experimentada ao longo dos anos. A sucessão de gerações atua cumulativamente sobre a heterogeneidade encontrada entre indivíduos que, em sua trajetória de vida, passaram por várias situações próprias à sua história pessoal — como a imigração, a inserção no mundo do trabalho, na família, etc. —, e da história social — como a guerra, o regime militar, entre outras.

Diante da heterogeneidade presente na UnATI/UERJ, seus alunos não poderiam ser considerados um grupo, a não ser pela violência do

olhar do pesquisador, ou pela construção, reconhecidamente arbitrária, de recortes analíticos a partir da seleção de características comuns em um imenso universo de distinções. Uma das questões mais interessantes que tem percorrido a Antropologia diz respeito a laços simbólicos e suas implicações em problemas como: o tipo de características ou experiências que seriam significativas a ponto de operarem limites e distinções para um determinado grupo, de forma que este se reconheça enquanto tal e assim seja visto de fora (VELHO, 1981). Para os grupos constituídos pela participação em um programa específico de determinada camada etária, como os programas para a terceira idade, a questão não é simples.

Por um lado, se a participação em um programa desse tipo sinaliza algum tipo de identificação do indivíduo com a “terceira idade”, por outro, essa participação não esgota os conteúdos dessa identificação a ponto de torná-la analiticamente operável. Não se pode reduzir a questão a considerar que pertence à “terceira idade” quem participa de um programa para a terceira idade, mesmo porque o convívio dentro de um programa desse tipo tem mostrado que a participação responde a vários fatores, em muitos dos quais não pesa a questão etária como, por exemplo, a possibilidade de freqüentar uma universidade²⁵. Uma forma possível de atribuir sentido à “terceira idade” como um grupo de pessoas que se reconhecem ou são reconhecidas como possuindo características comuns que as diferenciam, dos velhos em geral e dos adultos, seria através do recurso ao conceito de “geração”.

O conceito sociológico de geração tem sido de inúmeras formas usado nas Ciências Sociais como imenso valor heurístico, mas sem uma definição comum. Escrevendo na década de 50, Mannheim criticava a falta de sistematicidade, debates e intercâmbios sobre o tema²⁶. Para esse autor, o enfoque geracional é imprescindível para a compreensão dos movimentos sociais e intelectuais, sobretudo em contextos de mudanças constantes e cada vez mais velozes, como as que caracterizam este século:

A geração não é um grupo concreto no sentido de uma comunidade, isto é, um grupo que não pode existir sem os seus membros terem um conhecimento concreto uns dos outros, e que cessa de existir como uma unidade mental e espiritual assim que é abolida a proximidade física. Por outro lado, ela não é de modo algum comparável a associações, tais como as organizações formadas para um objetivo

específico, pois estas se caracterizam por um ato deliberado de fundação, estatutos escritos, e uma maquinaria para desenvolver a organização — características que servem para manter coeso o grupo, mesmo no caso de inexistirem laços de proximidade espacial e de comunidade de vida (MANNHEIM, 1982, p. 69).

A característica do conceito de geração, que nos interessa reter aqui, é a identificação não de um grupo no sentido efetivo do termo, mas de alguma unidade dada pela experiência comum partilhada por indivíduos dentro de um universo comum de significados em uma dada época. Assim, antes de se pensar os idosos como constituindo uma geração, unicamente pelo pertencimento a uma camada etária, interessa pensá-los como uma geração, por partilharem uma experiência (envelhecer) em um meio cujas particularidades lhes permitem viver essa experiência de uma forma singular e com tal intensidade que, apesar da diversidade, se identificam na construção de um código comum para expressar e partilhar suas experiências. A terceira idade é o termo para designar essa experiência e os códigos que a definem.

7. PSICOLOGISMO E TERCEIRA IDADE

Sobre o universo “classe média”, acumula-se na produção das Ciências Sociais brasileira, em particular na Antropologia, um volume cada vez maior de trabalhos²⁷. Isto tem permitido reflexões sobre as condições particulares que assume a vida nos grandes centros urbanos brasileiros contemporaneamente, e uma descrição empírica de amplos aspectos dessa realidade. Porém, definir o que são classes médias urbanas, de forma a tornar o conceito operável, não é simples. Se, por um lado, a caracterização do que seria o meio urbano não é muito difícil — pela possibilidade de sua comparação com o meio rural e *folk*, e pela tradição das ciências sociais que vem de Weber, Simmel e da Escola de Chicago —, as “camadas médias” nos espaços urbanos não têm sido definidas sem alguma complexidade nas etnografias que começam a se acumular com rapidez.

Tem sido comum adotar como critérios para definir seus contornos e limites, não a sua particular posição no processo produtivo, nem a posição em termos de estratificação social ou ocupacional de seus membros. Definir classes médias urbanas por variáveis da estrutura social tem-

se mostrado ineficaz para dar conta das discontinuidades de *ethos* e visões de mundo diferenciadas no interior das grandes cidades (SALEM, 1986). Tem sido utilizado, para superar essa limitação, um critério mais próximo da classificação por fronteiras simbólicas, a partir de definidores tais como valores, que expressam não só as identidades com que se autodefinem indivíduos dessa camada, como também diferentes códigos associados à heterogeneidade de experiências no meio urbano — muito embora não estando ausentes critérios como renda, condições de moradia, trabalho, etc.

Dentro da estratégia acima, vários autores têm enfatizado as consequências, no contexto das classes médias brasileiras, da presença de uma “cultura psicanalítica” ou “cultura *psi*”. Ou seja, uma *visão de mundo* fundamentada nos pressupostos da concepção da natureza do homem oriundo das ciências psicológicas (a Psicanálise, em particular), generalizada não somente pela extensão da prática psicanalítica no meio social, mas — apoiada pelo prestígio e fascínio que esta exerce — através revistas, jornais e outros meios da cultura de massa (FIGUEIRA, 1981 e 1985; SALEM, 1989 e 1993; VELHO, 1989 e 1994; Santos, 1991)²⁸. Uma das manifestações dessa “cultura psicanalítica” é a presença de um discurso psicologizante e um vocabulário próprio (FIGUEIRA, 1985), que tem entre suas consequências a difusão de sua visão sobre a natureza do homem como uma representação do sujeito humano (ou uma “noção de pessoa”, nos termos de MAUSS, ou “ordens simbólicas de definição-pessoa”, em GEERTZ) caracterizada por uma “Psicologização”. Esta, segundo SALEM (1989, P. 25):

... aponta para um movimento de individualização, interiorização e privatização dos sujeitos, de tal modo que estes se identificam como uma substância inteligível em seus próprios termos. Ou seja, o indivíduo se percebe fundamentalmente como um sujeito psicológico: despojado de qualquer transcendência; ele se justifica segundo uma lógica interna a ele próprio. Decorre daí não só uma retórica fortemente centrada no individual e no idiossincrático, como também uma intensa disposição cultural de escrutínio e cultivo de cada *self* por meio de uma alta sensibilidade para observar emoções, sentimentos e subjetividade²⁹.

O vocabulário que expressa a presença dessa “cultura psicanalítica” e a visão de mundo que ela envolve se faz presente no universo dos programas para a terceira idade, sobretudo pela presença de profissionais



da área de Psicanálise e Psicologia, mas não somente. Na UnATI/UERJ, muitas atividades, mesmo não sendo desenvolvidas por esses profissionais, têm um forte conteúdo psicológico ou estão respaldadas nessa visão de mundo psicologizante³⁰. A principal característica dessas atividades, e que também se apresenta com menos ênfase em quase todas as outras, é a possibilidade de se discutir experiências de vida. Nelas os alunos podem falar de suas experiências e discuti-las com uma base mais ou menos elaborada de conceitos e pressupostos oriundos das ciências psicológicas. O mais significativo em relação a essas atividades é que, por um lado, seus objetivos não deixam dúvida quanto à tentativa de generalizar seus respectivos códigos para expressar vivências individuais; por outro, a receptividade dos alunos sugere tanto haver alguma eficácia no uso desses códigos, quanto existir, por parte deles próprios, uma predisposição.

O significado da presença dessa visão de mundo “psicologizante” na UnATI/UERJ tem conseqüências em duas direções. Em primeiro lugar, representam uma tendência a “subjeter” a velhice para, em seguida, torná-la um dado controlável. Ou seja, expressam, ao mesmo tempo que estimulam, uma tendência a “identificar” a velhice com uma dimensão subjetiva que seria um espaço duplamente significativo, tanto para os *experts* quanto para os alunos. Para os primeiros, essa dimensão subjetiva devidamente mapeada por suas ferramentas teóricas possibilita uma leitura do tipo de velhice de cada pessoa, e se transforma no espaço de intervenção de seus diferentes “tratamentos” para a velhice. Paralelamente, os alunos veriam tal dimensão como constitutiva de suas identidades individuais e uma ferramenta a mais para a gestão da experiência de envelhecer.

O efeito imediato e de maior alcance dessa tentativa é a difusão de normas e critérios de validação da “terceira idade” e da negação que esta promove da velhice. O discurso “psicologizante” veiculado nessas atividades fornece uma matriz, cujo principal pressuposto é que, ao contrário do corpo, a *psique* humana não envelhece. Logo, sentir-se jovem é ser jovem, e ser jovem implica expressar constantemente um sentimento de juventude. Essa matriz dá coerência e consistência à “terceira idade”, pois articula representações do que seria a velhice³¹ com a forma como os alunos vivem sua experiência de envelhecimento cotidianamente. O próprio formato das atividades — discussões sobre as experiências vividas pelos alu-

nos — faz com que os pressupostos do discurso psicologizante apareçam como um ordenador dos sentimentos envolvidos nessas experiências.

Não se trata, no entanto, de afirmar que o discurso acionado durante essas atividades seja determinante do comportamento dos alunos, mas que ele fornece uma “gramática” de desempenho de comportamentos. O comportamento dos alunos não é uma determinação dessa gramática, mas resultado de sua manipulação. Essa matriz, ou “teia de significados”, permite que determinadas ações dos alunos sejam “compreendidas” pelos colegas e pela equipe (e por cientistas sociais). O que aqui nos interessa ressaltar é o fato de que a matriz permite que o modo como os alunos se comportam rotineiramente na UnATI/UERJ seja manipulado como um veículo para construção/expressão de suas identidades individuais.

8. CONCLUSÃO

Com a idéia de “terceira idade”, a velhice (categoria científica e fenômeno natural) se dissolve no comportamento de “novos velhos” e ganha coloridos e significados que destoam de seus estereótipos e das imagens construídas pelo discurso da Gerontologia. A idéia de que a velhice é um investimento cultural sobre um processo biológico faz parte dos novos modelos de gerir a experiência de envelhecimento que se “desnaturaliza” e, tornando-se maleável, passa a ser vivida como um estilo de vida. A experiência de envelhecimento tende a ser vista como uma opção individual frente a um leque variado de produtos e serviços, e não mais uma imposição inexorável do passar dos anos. Essa visão cada vez mais permeia as práticas dos que envelhecem, as disciplinas que se voltam para seu estudo e as iniciativas destinadas à população idosa. Ao mesmo tempo, surgem cada vez mais recursos e discursos para negação dos efeitos do envelhecimento.

Na Europa, no final do século passado e início deste, se inicia a modalidade científica e disciplinar recente de discurso sobre a velhice, inicialmente ligado à medicina, e que se consolida através de duas disciplinas: a Geriatria e a Gerontologia. A primeira, como especialidade médica, tem como objeto o envelhecimento fisiológico; e a segunda, que em vários



países engloba a Geriatria como um de seus ramos, se propõe a entender e atender a velhice em seus diferentes aspectos: sociais, psicológicos, existenciais e políticos. Desde seu surgimento, esse discurso disciplinar possui pressupostos como o de que a velhice é uma experiência homogênea e universal, juntamente com uma tendência a alternar imagens positivas ou negativas da velhice, com as quais negociar com seus diferentes interlocutores, não apenas indivíduos idosos, mas o Estado, a sociedade, a academia e, recentemente, com um mercado de consumidores de bens e serviços relativos ao envelhecimento. Outra característica importante é esse discurso afirmar simultaneamente um campo de saber e de intervenções, cujos alvos são o indivíduo e a sociedade, o corpo individual e o homem espécie.

Tais pressupostos são atualizados de forma significativa na instituição onde se desenvolveu esta investigação, uma vez que ela fundamenta sua legitimidade por sua relação com a universidade e, portanto, como representantes do saber acadêmico e científico. Parte dos dilemas que enfrenta se refere a suas pretensões de ser uma instituição de caráter acadêmico, voltada à produção de conhecimentos, ao mesmo tempo em que tem que oferecer atividades que mobilizem um contingente significativo de idosos. Sua imagem externa preza a ênfase nesse aspecto acadêmico, mas seu papel junto à Universidade, e à comunidade, depende em grande parte de seu sucesso como um programa de prestação de serviços, ou, dito de outra forma, como fornecedor — na condição, ao mesmo tempo modesta e pretensiosa, de “centro de referência” — de uma “tecnologia” que responda aos problemas da velhice, em nível individual e coletivo.

Na época moderna, a produção sistemática de conhecimentos sobre a vida cotidiana a desloca dos eixos da tradição (GIDDENS 1991a, 1991b, 1993 e 1997). Conhecimentos de caráter técnico ou científico progressivamente substituem as tradições como definidoras dos comportamentos. O mundo do trabalho, primeiro e de modo mais intenso; depois a família, como demonstra LASCH (1991), e finalmente a intimidade das pessoas passam a ser descritos e prescritos por esses saberes técnicos ou sistemas peritos (GIDDENS 1991a e 1991b). A modalidade científica moderna de reflexão sobre a velhice, corporificada especialmente na Gerontologia, estaria de certa forma desempenhando este papel em rela-

ção à velhice, ocupando o “vácuo” criado pelo declínio da influência da tradição sobre os modos de gerir a experiência de envelhecer, através dos programas para a terceira idade.

Na UnATI/UERJ, no entanto, seus *experts*, ao se utilizarem de um discurso que enfatiza o controle e a negação da velhice através de uma “tecnologia” gerontológica própria — ainda que apenas vagamente formulada e compreendida — vão ao encontro do uso que fazem os alunos de sua participação na instituição. O convívio com os alunos em sala de aula nos permite compreender que alunos buscam no “consumo” do saber que lhes é oferecido, ou mesmo que apenas na possibilidade de participar de um espaço caracterizado pelo “saber”, não apenas uma “tecnologia” de “envelhecimento adequado”, mas subsídios para construção auto-reflexiva de suas identidades. A mídia e o discurso científico sobre velhice e envelhecimento contribuem para desconstruir imagens e estereótipos sobre a velhice e coincidem ao propor uma representação da velhice como uma responsabilidade individual. Participar das atividades da UnATI/UERJ representa a escolha de um modo como gerir a experiência de envelhecer e o exercício dessa responsabilidade individual.

No universo investigado, essa sensibilidade é vivida através de um código: de comportamento, de expressões corporais e, sobretudo, de expressões de subjetividade, através do qual as experiências de envelhecimento individuais podem ser partilhadas e negociadas, em um contexto marcado pelo declínio dos modelos tradicionais de gerir a experiência de envelhecer e pelo surgimento de um discurso científico sobre a velhice e envelhecimento. Uma das manifestações mais visíveis do (des)encontro entre o que é oferecido pela instituição e seus profissionais, ora implicitamente, ora de forma explícita — o saber gerontológico (e suas pretensões sobre o que deveria ser um “envelhecimento adequado”) — e o que buscam e esperam os alunos, é a repetição contínua, por parte dos alunos, de uma narrativa sobre o significado da UnATI/UERJ em suas vidas. Essas narrativas são um manifesto de adesão à UnATI/UERJ, enfatizando o valor e o significado positivo atribuído à participação em suas atividades sobre a forma como os alunos vivem sua experiência de envelhecer, em contraposição à forma como viviam antes da UnATI/UERJ, ou viveriam sem ela. Essas manifestações são “autenticadas” pelo conteúdo subjetivo



que as acompanha. Os alunos tanto afirmam verbalmente quanto se esforçam por demonstrar em suas atitudes entusiásticas o nexos causal entre participar das atividades da UnATI/UERJ e poder experimentar um “envelhecimento adequado”. E o fazem através de um código próprio que permite que seus enunciados sejam compreendidos e partilhados com os profissionais e demais alunos.

Ao utilizar o discurso da Gerontologia — bem como de outras disciplinas, em particular a Psicologia — para orientar sua concepção e suas práticas, os profissionais da UnATI/UERJ acionam uma visão de envelhecimento que dá ênfase à subjetividade como dimensão privilegiada do controle do envelhecimento. Guardadas as devidas proporções, a *biologização da velhice*, herança dos primórdios da reflexão científica disciplinar sobre a velhice, e atualizada recentemente em discursos como o da “medicina ortomolecular”, teria como equivalente na UnATI/UERJ uma *psicologização da velhice*, que acaba por determinar uma “gramática” para esse código de comportamento. Ao expressar vitalidade, felicidade, satisfação, alegria, e tudo o mais que possa demonstrar algo como um “enfrentamento bem-sucedido da velhice”, os alunos estão se servindo de um instrumento de reforço cotidiano de alianças e de confiança mútua com os profissionais da UnATI/UERJ. Ao mesmo tempo, reforçam o ideal “gerontofóbico” da instituição e a crença de que é possível envelhecer sem ficar “velho”. Esse instrumento de *confiança ativa* (GIDDENS, 1997) faz com que os *experts* se sintam realmente *experts* e os idosos como “não-velhos”.

NOTAS

- * Mestre em Antropologia Social pela UNICAMP e Especialista em Envelhecimento e Saúde do Idoso pela ENSP/FIOCRUZ.
1. Este texto corresponde a uma condensação dos principais aspectos discutidos na minha dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UNICAMP.
2. O termo “terceira idade”, de acordo com diversos autores, surge no final dos anos 60, na França, para expressar novos padrões de comportamento de uma geração que se aposenta e envelhece ativamente. O conjunto de representações em torno do termo aponta para uma forma de envelhecer de modo ativo, associada ao lazer, à autonomia, e à auto-satisfação. Tende a ser vista — a “terceira idade” — tanto entre os *experts* no

tema quanto entre os próprios idosos, ou como uma nova forma de viver a velhice, ou como uma nova etapa da vida que se intercalaria entre a idade adulta e a velhice propriamente dita.

- 3 Os chamados "programas para a terceira idade", apesar das diferentes propostas voltadas para um público acima de 50 ou 60 anos (em alguns casos menos de 50), têm como principal característica a atenção ao idoso não-institucionalizado, baseada no lazer e na ocupação do tempo livre. São um espaço no qual o convívio e a interação com e entre os idosos permitem a construção de laços simbólicos de identificação, e onde é possível partilhar e negociar os significados da velhice, construindo novos modelos de envelhecimento. Sobre a adesão dos idosos e a possibilidade de constituição de novas identidades sociais, ver DEBERT (1994b e 1994c), ATTÍAS-DONFUT (1976) e REBOUÇAS (1996). Para um levantamento desses programas em São Paulo, ver Prata (1990).
- 4 As primeiras iniciativas para a formação de gerontólogos no país datam da década de 70. O Instituto Sedes Sapientiae iniciou um curso para a formação de Gerontólogos Sociais em 1979, após ter realizado, em 1975, um seminário de Gerontologia que contou com a participação de 30 profissionais. Desse seminário surgiu o Centro de Gerontologia Social (CUNHA, 1976). Em 1978, o SESC promoveu um seminário, que contou com a participação da socióloga francesa Claudine Attias-Donfut e que se repetiu no ano seguinte para técnicos do SESC (ASSIS, 1979). O objetivo desses cursos era suprir as deficiências de formação na área de Gerontologia no país.
- 5 Estratégias de atenção à população idosa podem ser encontradas em um conjunto disperso de iniciativas, desde o início do Estado Brasileiro, se for considerada, por exemplo, a política previdenciária (TEIXEIRA, 1990). Porém, falar em políticas sociais para a velhice, no mesmo sentido em que se fala de política de habitação, ou política de saúde, supõe uma integração e articulação que só recentemente parece se iniciar, resultado do esforço dos experts em transformar a velhice numa questão pública. Uma política social voltada para idosos, que considere que esse grupo etário possui especificidades que os faz distintos da população de modo geral, tem uma introdução recente no país, que se acelera a partir da década de 70, coincidindo com a intensificação do papel do Estado como agente promotor de bem-estar social. Embora o modelo de intervenção estatal, que se convencionou chamar de Estado de Bem-Estar ou Estado Protetor, não seja uma noção plenamente adequada à realidade brasileira (DRAIBE, 1989).
- 6 Um campo científico é, de acordo com BOURDIEU (1983, cap. IV; 1987, caps. II e IV; 1989, caps. I e III), um espaço de disputas onde são expressas relações de força. Essas forças provêm de posições conquistadas e capital acumulado, adquiridos em disputas anteriores. Nas palavras de BOURDIEU (1983, p. 122-123): "O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nesta luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado".
- 7 Esse processo se deu como parte de um movimento de representação científica do homem, sobre o qual afirma DUARTE (1984b, p. 143-144): "Como veríamos, o Homem só se apresentou como objeto de um investimento científico a partir do momen-



to em que se o encarou sob a forma — literalmente transposta das Ciências Naturais — de uma 'espécie' composta de 'indivíduos' desnudados das qualificações culturais tradicionais e assim apresentados à análise tão iguais entre si como são iguais dois sapos da mesma 'espécie' sob a lupa e o bisturi de um biólogo vivissecante".

- 8 A distinção de uma "fase" científica e disciplinar é aqui utilizada de forma analítica e não histórica.
- 9 Metchnikoff naquele ano recebeu o Prêmio Nobel de Medicina por seus estudos sobre fagocitose ao mesmo tempo em que idealizava uma teoria explicativa do envelhecimento, segundo a qual este seria uma consequência de intoxicação crônica do organismo causada por micróbios que produzem putrefação progressiva no interior do intestino. Ver Metchnikoff (1917).
- 10 Uma das passagens mais significativas no reconhecimento dessa dimensão social da velhice é a introdução de fatores sociais como elementos causais determinantes das condições e do modo como se envelhece em uma determinada sociedade. Um dos marcos dessa passagem pode ser localizado nos anos 40, no trabalho de Leo Simmons (1945), em que o autor, investigando os arquivos etnográficos da Universidade Yale (Human Relations Area Files), selecionou 71 sociedades, modernas ou da Antiguidade, classificadas por variáveis culturais e ambientais — como o clima e o meio ambiente físico, a economia, a organização social e política, crenças e rituais, entre outras — para depois agrupá-las em tipos de sociedades e correlacioná-las com o *status* dos idosos e o tratamento a eles dispensados em cada sociedade. O tipo de perspectiva exemplificado pelo trabalho de Simmons, ao incorporar elementos de ordem sociocultural, se esforça por demonstrar como a velhice deixa de ser uma questão apenas da esfera privada ou familiar, sendo consequência do modo de organização da sociedade, e permite, assim, que se postule uma dimensão pública de intervenção.
- 11 Para uma resenha da mudança dessa perspectiva no discurso gerontológico, ver DEBERT (1993).
- 12 BURGUESS (1960) apud DEBERT (1992), por exemplo, pensa a velhice nas sociedades modernas pela ausência de papéis (*roleless role*).
- 13 Dentre os desenvolvimentos mais significativos da perspectiva que correlaciona velhice e modernidade, um dos mais importantes foi a chamada "Teoria da Modernização", formulada por Cowgill e Holmes, em um congresso preparado por eles em 1966, para discutir o impacto da modernização em sociedades tradicionais. As discussões desse congresso foram publicadas por ambos em 1972 (COWGILL e HOLMES, 1972). Nessa obra os autores fazem uma revisão das teorias então usuais em Antropologia e, a partir das conclusões do congresso, formulam suas próprias propostas teóricas. O objetivo dos autores era estabelecer generalizações sobre os processos de mudança que ocorreriam em todas as sociedades na medida em que vão se modernizando, e que teriam, invariavelmente, como consequência, a perda de *status* para os idosos. Com um enfoque evolucionista, esses autores aplicam a tipologia tradicional/moderno, emprestada das Ciências Sociais e Econômicas, para estudar as condições de vida dos idosos, a partir do seguinte cenário: à medida que os Estados anteriormente colonizados pelo Ocidente vão sendo incorporados ao mercado mundial, um processo de modernização, com profundas repercussões, altera as estruturas sociais tradicionais. Os autores então formulam suas próprias previsões, de que, apesar da melhora geral nas condições de vida da população, ou parte dela, o *status* social dos idosos declina na

mesma proporção e velocidade que as sociedades se modernizam (COWGILL e HOLMES, 1972 apud COHEN, 1994, e SAN ROMÁN, 1989).

- 14 Nessa narrativa, frente ao declínio do padrão familiar baseado em unidades domésticas multigeracionais — dentro das quais os idosos, supostamente, teriam sido membros privilegiados, personalidades sociais importantes e de prestígio (ou pelo menos poderiam contar com seus familiares para assisti-los na velhice) — e sua substituição pelo padrão de organização doméstica baseado na família nuclear moderna, esse espaço de assistência e de manutenção de papéis específicos para os idosos teria se perdido. Além disso, invoca-se um passado mítico no qual a experiência de vida dos mais velhos permitia-lhes acumular grande sabedoria. Isto, diante dos limites da transmissão oral de conhecimento, fazia deles grandes “contadores de história”, figuras assim centrais e de grande importância na comunidade. Com a decadência da forma oral de transmissão de conhecimentos, e sua superação pela moderna comunicação de massa, os idosos teriam perdido sua condição de guardiães do saber e deixaram de exercer a tarefa de transmitir conselhos aos mais jovens. Teria se perdido o elo de ligação entre o passado e o presente e, nesse novo universo sem lembranças, as histórias dos idosos, assim como eles mesmos, não interessariam a mais ninguém (SECCO, 1992). Os idosos seriam associados à memória e tradição, e por isso marginalizados por um tipo de sociedade que opõe, de forma hierárquica, o novo ao velho, o moderno ao tradicional. Isto agravado pela perda do valor de uso dos corpos dos trabalhadores. Velhice, como sinônimo de incapacidade para o trabalho, significaria, nas modernas sociedades, inutilidade e marginalização.
- 15 Desde de que surgiu, a Gerontologia tem espelhado em suas práticas e representações modos antagônicos de pensar a velhice e o envelhecimento. Um primeiro “modelo”, que Lars Tornstam denominou “perspectiva da miséria” (apud DEBERT, 1993) desempenha um papel importante para a institucionalização da Gerontologia como um saber legítimo, capaz de propor a velhice e o envelhecimento como uma questão social urgente, definindo demandas de políticas públicas. O mesmo autor identifica ainda outra perspectiva, na qual ele chama o idoso de “fonte de recursos” (apud DEBERT, 1993). Nessa perspectiva, partindo de pressupostos contrários ao da “perspectiva da miséria”, os estereótipos negativos relacionados à velhice e envelhecimento são abandonados em favor de uma imagem mais positiva, na qual os idosos aparecem como pessoas ativas, criativas, capazes de responder às transformações na experiência de envelhecer.
- 16 De acordo com esse autor, um processo de medicalização dos espaços institucionais determinou a substituição dos “asilos. Em relação à velhice, no entanto, segundo o mesmo autor, esse processo de medicalização não rompeu completamente como o modelo asilar, identificado com as instituições totais de GOFFMAN (1992), persistindo até hoje, ainda que com nomes como “lar dos idosos” ou “recanto para a terceira idade” (GROISMAN, 1998).
- 17 O SESC, instituição criada em 1946, para servir como o braço para-estatal de serviço social no Brasil, patrocinou sua primeira atividade destinada a idosos não-institucionalizados em 1963, em São Paulo (ASSIS, 1979).
- 18 Para considerações sobre ambas, ver: DEBERT (1993) e ATTÍAS-DONFUT (1979a).
- 19 Como exemplo dessas discussões, ver: ATTÍAS-DONFUT (1979a e 1980); SALGADO (1982b). Nessas discussões, as referências básicas dos autores são: KAPLAN (1960) e DUMAZEDIER (1979).

- 20 A primeira UnATI teria sido criada por Pierre Vellas, em 1973, na Faculdade de Direito da Universidade de Toulouse. Para uma discussão geral sobre as UnATIs, ver Frutuoso (1996), Lenoir (1979) e Peixoto (1997).
- 21 Parece não haver consenso quanto à primeira UNATI a surgir no país. A UnATI da Universidade Federal de Santa Catarina iniciou suas atividades em 1983, a partir da criação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) e se apresenta como a pioneira no meio universitário brasileiro, sendo, porém, seu modelo distinto em vários aspectos. Para uma apresentação desse trabalho junto aos idosos, ver: Guedes (1991). Ainda na década de 80, em parceria com o SESC, a PUCCAMP realizou um levantamento do perfil dos idosos na região de Campinas, dos recursos e programas assistenciais disponíveis e, em 1990, criou a Universidade da Terceira Idade da PUCCAMP, que foi a primeira a ser divulgada na mídia em caráter nacional, servindo de exemplo, juntamente com o Plano de Ação Mundial da ONU, e os exemplos franceses, para a implementação de várias outras UNATIs.
- 22 A UnATI/UERJ é dividida em três módulos: Ensino e Desenvolvimento de Recursos Humanos; Pesquisa e Extensão. Cada módulo é coordenado por uma Gerência.
- 23 O aspecto simbólico da universidade tem um papel importante na dualidade: saber/lazer, não apenas para a instituição, mas também para seus alunos. FRUTUOSO (1996) e GUERREIRO (1993) destacam o peso simbólico da Universidade como importante na opção por frequentar uma UNATI. A valorização da universidade no universo sócio-simbólico ao qual pertencem os alunos é comum, não somente devido a uma parte desses alunos ter curso superior, mas também por terem filhos ou netos cursando, ou já tendo cursado, a universidade, normalmente associada ao saber e à possibilidade de ascensão social, profissional e mesmo existencial. Comparando as UnATIs francesas, predominantemente de classe média, com os Clubes para Terceira Idade, de caráter mais popular, ATTÍAS-DONFUT (1976) identifica na distinção social um fator determinante da participação em um ou outro tipo de programa.
- 24 Para um perfil desses alunos, ver PEIXOTO (1997) e SANTANA (1997).
- 25 Assim, buscar uma demarcação para as fronteiras do grupo, unicamente, em critérios como auto-identidade, pode conduzir a distorções. Encontram-se na UnATI/UERJ alunos que se recusam a ser identificados, ou se identificarem, com a expressão "terceira idade". Outros assim se denominam unicamente por participarem de um programa desse tipo, e há aqueles que já se caracterizavam desse modo antes de frequentá-lo.
- 26 Comentando o trabalho de Mannheim, ATTÍAS-DONFUT (1991) critica-o principalmente quanto à efetividade do grupo geracional, que seria, para Mannheim, segundo a autora, uma unidade mítica. ARIÈS (1983) se utiliza de uma perspectiva de geração para dar conta das transformações sofridas pela experiência de envelhecer, onde estas aparecem relacionadas às transformações da sociedade, sobretudo em termos de condições de vida, e diante do confronto com as formas de viver a experiência de envelhecer das gerações anteriores. A formulação da perspectiva de geração que se segue inspira-se em VELHO (1989).
- 27 Para resenha de alguns desses trabalhos, ver Salem (1986).
- 28 Sobre o prestígio da Psicanálise no Brasil, em termos comparativos com os Estados Unidos e a Inglaterra, ver FIGUEIRA (1985) e NUNES (1986). Ver também BERGER (1985).
- 29 Sobre essa "psicologização" dos sujeitos, ver VELHO (1989).
- 30 No segundo semestre de 1997, as atividades acima tiveram cerca de 125 inscrições. Se, por um lado, este número não pode ser um indicador preciso do interesse por essas

atividades — uma vez que existem sempre menos alunos participando do que inscritos, assim como outros participam sem estar inscritos —, sua relação com o número de vagas oferecidas — 128 — indica uma taxa razoável de procura. A demanda pelas atividades mais procuradas, como dança de salão, por exemplo, sempre excede o número de vagas oferecidas, ficando uma “fila de espera”. No entanto, a grande maioria das atividades não preenche totalmente suas vagas.

- 3 | Representações que gozam de especial legitimidade, pois são apresentadas em nome de um saber consolidado e de grande prestígio: as ciências psicológicas. São representações oriundas da psicologia do desenvolvimento e da psicanálise, mas que também estão ligadas aos estereótipos associados à velhice.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- _____. Une Histoire de la vieillesse? *Le continent gris: communications*. Paris: Seuil, n. 37, 1983.
- ASSIS, Darnício de. Trabalho social com idosos no SESC de São Paulo, realizações e perspectivas. *Cadernos da Terceira Idade*. São Paulo, SESC, n. 4, p. 37-39, 1979.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. Clubes para pessoas idosas: nascimento de uma nova força social. *Cadernos de Lazer*, São Paulo, SESC, n. 3, 1976.
- _____. Seminário de estudos sobre a terceira idade. *Cadernos da Terceira Idade*. São Paulo, SESC, n. 3-a, p. 1-52, 1979a.
- _____. Seminário de estudos sobre a terceira idade: 2ª parte. *Cadernos da Terceira Idade*. São Paulo, SESC, n. 3-b, p. 1-54, 1979b.
- _____. Lazer e aposentadoria: aspectos conceituais. *Cadernos da Terceira Idade*. São Paulo, SESC, n. 5, p. 7-10, 1980.
- _____. La génération, mythe, symbole, concept. *Génération, Annales de Vauresson*, n. 30, p. 79-92, 1991.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Testemunho de Vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: BARROS, M. M. L. *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BEAUVOIR, Simone. *La vieillesse*. Paris: Gallimard, 1970.
- BENOIT-LAPIERRE, N. Guérir de la vieillesse. *Le continent Gris: Communications*. Paris: Seuil, n. 37, 1979.
- BERGER, Peter. Para um compreensão sociológica da Psicanálise. In: FIGUEIRA, S. A. (org.). *A cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BIRMAN, Joel. Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na Psicanálise. In: VERAS, R. P. (org.). *Terceira Idade: Um Envelhecimento Digno para o Cidadão do Futuro*. Rio de Janeiro: Refúgio-Dumará / UERJ/UnATI, 1995.



- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983 (*Grandes cientistas sociais*, 39).
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987 (*Estudos*, 20).
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. *Plano de Ação Governamental Integrado para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso*. Brasília: Secretaria de Assistência Social, 1996.
- CALDAS, Célia Pereira. A produção social da velhice. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1992 (*Série Estudos em Saúde Coletiva*, 29).
- CAMARGO, Kenneth & VERAS, Renato. Idosos e universidade: parceria para qualidade de vida. In: VERAS, R. (org.). *Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / UERJ-UnATI, 1995.
- CANÔAS, Cilene S. *A condição humana do velho*. São Paulo: Cortez, 1985.
- CAVAN, R. *Family tensions between the old and middle aged*. Springfield: Thomas Publishing Co., 1965.
- COHEN, Lawrence. Não há velhice na Índia: os usos da Gerontologia. In: DEBERT, G. G. *Antropologia e envelhecimento*. Campinas: UNICAMP / IFCH, 1994 (*Textos didáticos*, 13).
- _____. Old Age: cultural and critical perspectives. *Anu. Rev. Anthropology*. Palo Alto, n. 23, p. 137-58, 1996.
- COLLADO, Ana. *Efectos no deseados del proceso de envejecimiento de la sociedad española*. Barcelona, n. 48/49, p. 199-209, s/d.
- COWGIL, D. O. & HOLMES, L. D. *Aging and modernization*. New York: Appleton-Century-crofts, 1972.
- CUMMING, Helaine & HENRY, William. *Growing old*. New York: Appleton-Century-crofts, 1961.
- CUNHA, Raquel Vieira da. Introdução. In: *Envelhecimento e Gerontologia*. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, 1976.
- _____. Educação permanente como perspectiva da integração social do idoso. *Cadernos da Terceira Idade*. São Paulo: SESC, n. 6, p. 7-8, 1980.
- DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e representações sobre a velhice. *Ciência Hoje*, SPBC, v. 8, n. 44, 1988.
- _____. Família, classe social e etnicidade: um balanço da bibliografia sobre a experiência de envelhecimento. *BIB, ANPOCS / Relume-Dumará*, n. 33, p. 33-49, 1992.
- _____. *O discurso gerontológico e as novas imagens do envelhecimento*. Campinas, s/ed., 1993 (mimeo).
- _____. (1994a). Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: DEBERT, G. G. *Antropologia e Envelhecimento*. Campinas: UNICAMP/IFCH, p. 7-30 (*Textos Didáticos*, 13).



- _____. (1994b), Gênero e envelhecimento. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-51, 1994.
- _____ & SIMÕES, Júlio de Assis. A aposentadoria e a invenção da terceira idade. In: DEBERT, G. G. *Antropologia e envelhecimento*. Campinas, UNICAMP/IFCH, 1994. (Textos Didáticos, 13).
- _____. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. *RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, v. 12, n. 34, p. 39-56, 1997.
- DRAIBE, Sônia. O welfare-state no Brasil: características e perspectivas. *Ciências Sociais Hoje*, Vértice / ANPOCS, p. 29-61, 1989.
- DUARTE, Luís Fernando Dias. A pesquisa em Ciências Sociais e um fantasma psicológico. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro: CER / ISER / Campus, n. 11/2, p. 184-191, 1984a.
- _____. Grupo e singularidade: umas reflexões antropológicas sobre um texto de Freud. *Religião e sociedade*. Rio de Janeiro: CER / ISER / Campus, n. 11/2, p. 138-145, 1984b.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975.
- FEATHERSTONE, Mike. O curso da vida: corpo, cultura e imagens do processo de envelhecimento. In: DEBERT, G. G. (org.). *Antropologia e velhice*. Campinas: UNICAMP / IFCH, 1994 (Textos didáticos, 13).
- FIGUEIRA, Sêrvulo. *O contexto social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- _____. Introdução: psicologismo, Psicanálise e Ciências Sociais na 'cultura psicanalítica': modernização, família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil. In: FIGUEIRA, S.A. (org.) *A cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FORTES, Meyer. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Brasília: Universidade de Brasília, s/d (Textos de Aula - Antropologia, 6).
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I, a vontade de saber*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- _____. *Microfísica do poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- _____. *O nascimento da clínica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- FRUTUOSO, Dina Lurdes F. *A terceira idade na universidade: estudo do campo de representação*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação / UFRJ, 1996 (datilografado).
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GIDDENS, Anthony. The sequestration of experience. In: GIDDENS, A. *Modernity and self-identity*. Cambridge: Polity, 1991.

- _____. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991b.
- _____. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.
- _____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A. & LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- GROISMAN, Daniel. *Asilo de velhos*. In: Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, 21, *Anais...*, 1998, Vitória.
- GUALLIMARD, Anne-Marie. Le. Politiques de la veillesse. In: *Le continent gris*: Paris: Seuil, 1986 (*Communications*, 37).
- GUEDES, Neusa Mendes. Participação da Universidade Federal de Santa Catarina na questão social da velhice. *Temas Sociais*, Rio de Janeiro: CBCISS, v. 22, n. 221, p. 13-26, 1990 (reedição 1991).
- GUERREIRO, Patrícia. *A experiência de envelhecimento e a Universidade para Terceira Idade da PUCCAMP*. Monografia (conclusão de graduação). Campinas: IFCH / UNICAMP, 1993 (datilografado).
- GUGGENHEIN, Susan & PACE, Norma. Encontros com a Psicologia. In: SAYD, J. (coord.). *Seminário de Preparação para a Aposentadoria*, 1. *Anais...*, v. 2, Rio de Janeiro: UnATI, 1996.
- HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez, 1986.
- KAPLAN, Max. *Leisure in America*. New York: Wiley, 1960.
- KATZ, Stephen. *Disciplining old age: the formation of gerontological knowledge*. Charlottesville: Virginia University, 1996.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração, a família: santuário ou instituição Sitiada?* São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- LENOIR, Rémi. L'invention du 'troisième âge: constitution du champ des agents de gestions de la vieillesse. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 26/27, p. 57-82, 1979.
- _____. *Objet sociologique et problème social*. In: CHAMPAGNE, P. et al. *Initiation a la Pratique Sociologique*. Paris: Dunond, 1990.
- MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORRACHI, M. M. (org.). *Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982 (*Grandes Cientistas Sociais*, 25).
- MAUSS, Marcel. Une catégorie de l'esprit humain: la notion de personne delle de moi. In: MAUSS, M. *Sociologie e Anthopologie*. 5. ed. Paris: PUF, 1973.
- MEAD, Margaret. *Coming of age in Samoa*. New York: The New American Library, 1949.

- METCHINIKOFF, Élie. Introduction à l'étude scientifique de la vieillesse. In: *Étude sur la nature humaine*, 5. ed. Paris: A. Maloine et Fils Editeurs, 1917.
- MOTLIS, Jaime. *La vejez y sus multiples caras*. Israel: Aurora, 1988.
- MOTTA, Edith. Envelhecimento social. *Temas Sociais*, Rio de Janeiro: CBCISS, v. 22, n. 230, p. 25-57, 1990 (reedição 1996).
- MOTTA, Flávia de Mattos. *Velha é a vozinha: a faceirice como identidade de mulheres na velhice*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990 (mimeo).
- NERI, Anita Liberalesso. *Envelhecer num país de jovens: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos*. Campinas: UNICAMP, 1991.
- NUNES, Márcia Bandeira de Mello Leite. Profissões e mundos sociais; o caso da Psicanálise nos Estados Unidos. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, v. 85, n. 20, p. 3-223, 1986.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade étnica e estrutura*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PATARRA, Neide. Transição demográfica, novas evidências, velhos desafios. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas, v. 11, n. 1, p. 27-37, 1994.
- PEIXOTO, Clarice. A sociabilidade dos idosos cariocas e parisienses: a busca de estratégias para preencher o vazio da inatividade. *RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, v. 10, n. 27, p. 138-149, 1995.
- _____. De volta às aulas ou de como ser estudante aos 60 anos. In: VERAS, R. (org.). *Terceira idade: desafios para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / UERJ-UnATI, 1997.
- PEREIRA, Jesus Vazquez. Educação para a participação. *Cadernos da Terceira Idade*. São Paulo, SESC, n. 6, p. 9-12, 1980.
- PRATA, Lizete E. Os programas especificamente destinados à 3ª Idade. In: *O Idoso Na Grande São Paulo*. São Paulo: SEADE, 1990.
- REBOUÇAS, Cleide Maria de Paula. Programas para terceira idade; alternativa de mudança da imagem social. *Mente social*. Rio de Janeiro: UGF, v. 2, n.3, p. 41-52, 1996.
- _____. *Influência de grupos de convivência da terceira idade sobre a mudança de atitude de seus membros em relação à velhice*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1996 (datilografado).
- RODRIGUES, Lea Carvalho. *Rituais na universidade. Uma etnografia da UNICAMP*. Campinas: UNICAMP / IFCH / Centro de Memória, 1997 (*Campiniana*, 15).
- SÁ, Janete Liasch Martins de. *A Universidade da Terceira Idade da PUCAMP: proposta e ação inicial*. Campinas: Universidade Católica de Campinas, 1991.
- SALEM, Tânia. Famílias em camadas médias: uma perspectiva antropológica. *BIB*, ANPOCS, n. 21, p. 25-39, 1986.

- _____. O casal igualitário: princípios e impasses. *RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, v. 3, n. 9, p. 24-37, 1989.
- _____. A 'desposseção subjetiva': dos paradoxos do individualismo. *RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, v. 7, n. 18, p. 62-77, 1993.
- SALGADO, Marcelo Antônio. Escola aberta para idosos; uma nova abordagem sócio-educativa. *Cadernos da Terceira Idade*. São Paulo: SESC, n. 1, p. 19-24, 1977.
- _____. *Velhice, uma nova questão social*. São Paulo: SESC, 1982a.
- _____. O significado da velhice no Brasil: uma imagem da realidade latino-americana. *Cadernos da Terceira Idade*. São Paulo, SESC, n. 7, p. 7-13, 1982b.
- _____. Gerontologia social: teorias do envelhecimento. *Temas Sociais*. Rio de Janeiro: CBCISS, v. 22, n. 230, p. 1-8, 1990 (reedição 1996).
- SAN ROMAN, Teresa. *Vejez e Cultura: hacia los limites del sistema*. Barcelona: Fundación Caja de Pensiones, 1989.
- SANT'ANA, Maria J. G. UnATI, a velhice que se aprende na escola: um perfil de seus usuários. In: VERAS, R. (org.). *Terceira idade: desafios para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / UnATI-UERJ, 1997.
- SANTOS, Tânia Coelho dos. Psicologismo e mudança social. *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, UERJ/IMS, v. 1, n. 2, p. 77-111, 1991.
- SECCO, Carmen Lúcia T. R. *As rugas do tempo nas dobras do literato*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras / UFRJ, 1992 (datilografado).
- SIMMONS, Leo. *The role of the aged in primitive societies*. New Haven: Yale University, 1945.
- STUCCHI, Deborah. *Os programas de preparação para aposentadoria e o remapeamento do curso da vida do trabalhador*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / UNICAMP, 1994 (datilografado).
- TEIXEIRA, A. Do seguro à seguridade: a metamorfose inconclusa do sistema previdenciário brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ / Instituto de Economia Industrial, 1990 (*Texto para Discussão*, 249).
- THOMPSON, Paul. 'I don't fell old': subjective ageing and the search for meaning in later live. Rio de Janeiro, Mestrado em Sociologia da UFRJ, 1991 (mimeo).
- UNESCO. Un plan mundial de acción. *El Correo de la UNESCO*. Paris, n. 10, 1982.
- UNITED NATIONS. *Report of world assembly on aging*. New York: United Nations, 1982.
- _____. *Ageing and the family*. New York: Department for Economic and Social Information and Policy Analysis, 1994.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Universidade Aberta da Terceira Idade. *Instituto da Terceira Idade: proposta de criação*. Rio de Janeiro: UERJ/UnATI, 1996.



- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Subjetividade e sociedade, uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- _____. *Projeto e metamorfose, antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- WASHINGTON, Marília Leite. Educação permanente na terceira idade. *Cadernos da Terceira Idade*. São Paulo: SESC, n. 6, p.13-15, 1980.

ABSTRACT

The main purpose of this investigation is to describe aspects of an institution concerned with the elderly, thus contributing to the understanding of representations of old age and ageing which transform old age in a public matter. It starts with the idea that "third age" expresses a new sensibility in relation to ageing, which became a reflex and symptom of present sociability forms. The central point is that, in a universe being investigated, this sensibility is experienced through codes: of behavior, of corporal expressions, and mainly of subjectivity expressions, through which individual ageing experiences can be shared and negotiated, within a context marked by the decline of traditional models and by the appearance of a scientific discourse about ageing and old age.

Keywords: Third age, programs for the third age, aging, old age.

PUBLICAÇÕES ANTERIORES

Série - nº 1

ANDERSON, M.I.P. *Saúde e Condições de Vida do Idoso no Brasil*.

ANDERSON, M.I.P.; ASSIS, M.; PACHECO, L.C.; SILVA, E.A; MENEZES, I.S.; DUARTE, T.; STORINO, F. e MOTTA, L. *Saúde e Qualidade de Vida na Terceira Idade*.



UnATI
UERJ

